



**RACISMO** NA ESPANHA ADORADA  
PELOS COMENTARISTAS ESPORTIVOS  
BRASILEIROS, VINÍCIUS JR. NÃO  
SE RENDE AO PRECONCEITO

**PETRÓLEO** LULA, ESQUEÇA A  
FOZ DO RIO AMAZONAS. HÁ OUTRAS  
ÁREAS DE EXTRAÇÃO MAIS RENTÁVEIS  
E COM MENOR RISCO AMBIENTAL

# CartaCapital

cartacapital.com.br

**basset**  
editora



## CALA-BOCA

A TRAMOIA LAVAJATISTA PARA SILENCIAR O JUIZ  
**EDUARDO APPIO** E O ADVOGADO **TACLA DURAN**



A **Fenae** comemora mais de cinco décadas  
ao lado dos **empregados da Caixa**,  
lutando por seus direitos e por uma  
Caixa forte, pública e social.

Nesses **52 anos**, nosso olhar está no  
presente e voltado para um futuro  
cada vez melhor, mais justo e construído  
com a parceria do **Pessoal da Caixa**.

**Gestão 2023 - 2027**



**FENAE**

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES  
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Conheça mais sobre a **Fenae**,  
aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

Acesse e saiba mais::

/fenaefederacao



@fenaefederacao

www.fenae.org.br



/company/fenae-federacao

(61) 98142 8428





Não é necessário avançar sobre a Amazônia para a Petrobras ter acesso a novas reservas. Pág. 36

6 A SEMANA

19 JOSÉ SÓCRATES

## Seu País

**24 MARAJÓ** O governo Lula embala um projeto de combate à exploração sexual para substituir os delírios de Damares Alves

**26 CRÔNICA** Procurei um velho amigo na Avenida Paulista e ele não estava mais lá. Registro aqui a sua existência

**28 INDÍGENAS** A bancada ruralista tenta “legalizar” o “marco temporal” antes do julgamento do STF

31 CÉLIA XAKRIABÁ

**Capa:** Pilar Velloso. Fotos: Redes sociais, Justiça Federal/PR e Jose Jordan/AFP

**32 CIDADES** Dez anos após as jornadas de junho de 2013, os desafios da tarifa zero no transporte público

## Economia

**36 ENERGIA** A Petrobras possui áreas iguais ou melhores para explorar que a vetada pelo Ibama

39 JAKES WAGNER

**40 ANÁLISE** As catastróficas previsões com base na relação dívida/PIB não param em pé

42 GUIDO MANTEGA

O Banco Central ignora as lições do passado e as políticas de seus pares internacionais

## Nosso Mundo

**44 EUA** Joe Biden corre contra o tempo para evitar o maior calote da dívida pública do país

**46 OBSERVER** Os dejetos nas estações científicas ameaçam a biodiversidade da Antártida



# Plural

## 48 O FUTURO DA CONFIANÇA

A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A MÁQUINA E A FORÇA DAS FAKE NEWS ESTIVERAM NO CENTRO DE UM SIMPÓSIO NA ALEMANHA

50 ARTE Pelo olhar de um *marchand*

52 MÚSICA Discos desempoeirados

54 LIVRO As trilhas que levaram a Trump

56 AFONSIÑO 57 SAÚDE Por Drauzio Varella

58 CHARGE Por Venes Caetano

# 8

OPERAÇÃO CALA-BOCA  
O AFASTAMENTO SUMÁRIO DO JUIZ  
EDUARDO APPIO DESNUDA O TEMOR  
DO LAVA-JATISMO EM RELAÇÃO  
ÀS DENÚNCIAS DE TACLA DURAN

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio

EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins

CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo

EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias

REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal

REPÓRTERES: Fabiula Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Mauricio Thuswohl (Rio de Janeiro)

SECRETARIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso

CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis

DESIGN DIGITAL: Murilo Ferreira Pinto Novich

FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)

REVISOR: Hassan Ayoub

COLABORADORES: Afonso, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamil Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galpold, Guilherme Boulos, Hêlio de Almeida, Jacques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lúcia da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Omilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendell Lima do Carmo

ILUSTRADORES: Eduardo Baptista, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE

EDITORIA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira

EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Mazzo

REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva,

Getulio Xavier, Marina Verencic e Victor Ohana

VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)

ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura

REDES SOCIAIS: Caio César

SITE: [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)

**basset**

editoria

EDITORIA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.

CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta

DIRETOR-EXECUTIVO: Marcelo Romão

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos

ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismael Alves

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660,

[enio@gestaodenegocios.com.br](mailto:enio@gestaodenegocios.com.br)

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,

(71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, [canalc@canalc.com.br](mailto:canalc@canalc.com.br)

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

[agholanda@agholanda.com.br](mailto:agholanda@agholanda.com.br)

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, [marcoauréliomaia@gmail.com](mailto:marcoauréliomaia@gmail.com)

OUTROS ESTADOS: [comercial@cartacapital.com.br](mailto:comercial@cartacapital.com.br)

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda.

Av. Pedrosa de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001.

[www.firbraz.com.br](http://www.firbraz.com.br), Telefone (11) 3463-8555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica – São Paulo – SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Este produto é impresso na PLURAL – uma empresa



## CARTAS CAPITAIS



### JOGO VICIADO

Era questão de tempo. Ingênuo aquele que até então não tinha se dado conta de que futebol há muito, muito tempo deixou de ser esporte e se tornou negócio, e também um mecanismo de lavagem de dinheiro.

**André Hilgert**

Os jogadores pegos no esquema são os peixes miúdos. Faltam os dirigentes, clubes e organizações. Continuem as investigações! É melhor acabar com essa máfia das apostas enquanto há tempo.

**Lindon Johnson**

### A CULPA É DO MORDOMO?

A família Bolsonaro sempre teve um grande apetite por dinheiro público. Agora, a Polícia Federal identifica indícios de desvio de verbas para Michelle. Tudo isso por obra de pseudo-combatentes da corrupção. Qual era mesmo o lema? Deus acima de tudo, e muito dinheiro no bolso?

**Sylvio Belém**

### CRUZADA OBSCURANTISTA

Excelente texto de um tema de extrema relevância, como costuma fazer a grande Mariana Serafini.

**Carlos Giovani**

### HISTÓRIAS DA MANIPULAÇÃO

Tristes figuras como João Havelange, Joseph Blatter e outros mafiosos da Fifa e da CBF

antecederam esses fraudadores do futebol na atualidade, que aliciam jogadores para participarem desse esquema fraudulento das apostas. Vê-se que aqueles senhores do passado deixaram um legado pernicioso e nefasto para a arte do doutor Sócrates, Maradona, Pelé e Garrincha.

**Paulo Sérgio Cordeiro**

### O JOIO E O TRIGO

Pedro Serrano sempre resgatando a humanidade enquanto folheia o livro das leis. Texto admirável e ponto necessário sobre a extrema-direita. Alexandre de Moraes também é extremamente necessário nesta vaga do Supremo.

**Laila Kierulff**

O STF tem agido de forma séria e contundente, como tinha de ser nas situações que se apresentam. Claro que tais atitudes vão desagradar à turma do governo passado e, por isso, graças a ele podemos respirar aliviados.

**Marly Rosa**

### DELTAN DALLAGNOL, FICHA SUJA

Espero o mesmo destino para o juiz entreguista do nosso País. Ambos merecem, pelo menos, 12 anos de cadeia. Destruíram o Brasil em 2018.

**Clóvis Deitos**

### ELEIÇÕES NA TURQUIA

Sergio Lirio dá o tom da perda de força do autocrata Erdogan na Turquia, ainda que uma virada seja pouco provável. As esperanças e as artimanhas de lá são semelhantes às daqui, com a prisão do principal adversário, em 2018, perseguição às minorias e compra de votos em 2022, que quase nos levou a uma tragédia. Espantoso que os jornalões deram a notícia de um segundo turno com resignação misturada com pouca crítica, acostumados que estão a denunciar ditaduras – fora do Brasil, que fique claro.

**Adilson Roberto Gonçalves**

#### CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: [cartas@cartacapital.com.br](mailto:cartas@cartacapital.com.br), ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.  
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail [redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)

#### CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>  
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: [avulsas@cartacapital.com.br](mailto:avulsas@cartacapital.com.br)

# A Semana

## O vexame também é nosso

Último país das Américas a abolir formalmente a escravidão, o Brasil também reluta em se olhar no espelho e reconhecer o racismo entranhado nas instituições e relações sociais. O mais recente “caso isolado” é o do coronel da Aeronáutica Takashi Matsuda, que acaba de ser condenado pelo Superior Tribunal Militar a um ano de reclusão por injúria racial. Em junho de 2021, o oficial constrangeu um soldado ao saber que ele fazia um curso universitário. “Um crioulo fazendo Economia!”, desdenhou, diante de outros colegas de farda. Matsuda poderá, porém, cumprir a pena em regime aberto, com a aplicação de “dez dias-multa”, sendo o valor da diária equivalente a um décimo do salário mínimo vigente à época do fato. O “mal-entendido”, segundo a alegação do coronel, custou-lhe 1,1 mil reais.



O atleta cansou de desculpas esfarrapadas

## Racismo no futebol/ Basta!

A Espanha finalmente escuta o grito sufocado de Vini Jr.

**A** justa rebelião de Vinícius Júnior, atacante do Real Madrid, contra os sucessivos ataques racistas que vem sofrendo nos gramados espanhóis colocou um país inteiro diante do espelho. No domingo 21, o jogador voltou a ser chamado de “macaco” por torcedores rivais na derrota por 1 a 0 para o Valencia, que jogava em casa, no estádio de Mestalla. Findo o vergonhoso espetáculo, o técnico do clube madrilenho recusou-se a comentar qualquer lance da partida. “É inaceitável”, desabafou o italiano Carlo Ancelotti. “La Liga tem um problema, e ele não é o Vinícius.”

Muitos relutaram em entender o recado, a começar por Javier Tebas, presidente da La Liga, entidade que organiza o campeonato espanhol. O cartola tratou como “casos pontuais” os nove ataques racistas em jogos da última temporada – oito deles contra Vini Jr. Parte da mídia esportiva espanhola ainda responsabilizou a vítima, acusando o brasileiro de “provocar” as agressões e “desrespeitar” os adversários com suas danças na comemoração de gols. A maré só virou contra os negacionistas após o vexame ganhar repercussão internacional.

O presidente Lula abriu a coletiva de imprensa no G-7 prestando solidariedade ao atle-

ta. Pouco depois, Gianni Infantino, presidente da Fifa, repudiou a sucessão de casos de racismo nos gramados europeus. Xavi, ídolo do futebol espanhol e atual técnico do Barcelona, sugeriu que todos os atletas abandonem a partida no próximo ataque racista vindo das arquibancadas. Constrangido, o presidente espanhol, Pedro Sanchez, prometeu adotar uma política de “tolerância zero” contra os racistas.

Na terça 23, quase todos os jornais da Espanha amanheceram com manchetes repudiando a inércia das autoridades diante dos crimes de ódio, até mesmo os diários esportivos que no dia anterior destacavam o “comportamento provocador” da vítima. A polícia deteve três suspeitos de proferir insultos racistas no estádio de Mestalla. Outros quatro foram presos por terem simulado o enforcamento do brasileiro com um boneco, em uma ponte de Madri. O crime ocorreu em janeiro, mas somente agora a Espanha ouviu o grito sufocado de Vini Jr.

Os torcedores e comentaristas esportivos brasileiros, se é possível diferenciar uns dos outros, tão aficionados pelos clubes espanhóis, devem estar decepcionados com o tratamento dispensado à grande aposta da Seleção brasileira e com os recorrentes tropeços dos times hispânicos na Champions League.

## Memória/ Trono vazio

Tina Turner, a rainha do *rock-n'-roll*, morre aos 83 anos em casa, na Suíça

**Q**uando despontou no circuito rural norte-americano, na década de 1960, Tina Turner fazia parte de uma dupla: Ike & Tina Turner Revue. Ela tinha apenas 17 anos quando Ike, com quem se casaria, a convidou a integrar sua banda. Anos depois, a cantora revelaria os abusos aos quais era submetida na relação.

Ao se separar de Ike, em 1976, deixando para trás a carreira de sucesso, Tina teve de se reinventar. E, como artista solo, mais uma vez, explodiria. O álbum *Private Dancer*, de 1984, virou um sucesso mundial e colocou-a no panteão do *rock-n'-roll*.

Embora os lançamentos posteriores não repetissem o sucesso nos EUA, a popularidade internacional manteve-se por muitos anos. Os shows, nos quais exalava energia e sensualidade, seguiriam lotando estádios até sua turnê de despedida, realizada em 2008, em comemoração aos 50 anos de carreira.

Oito vezes ganhadora do Grammy, Tina teve sua história contada em uma autobiogra-



**Dona de uma voz potente e dança intensa, ela despontou nos EUA nos anos 1960**

fia transformada em filme: *Tina – A Verdadeira História de Tina Turner* (1993), com Angela Bassett e Laurence Fishburne nos papéis de Tina e Ike. Nascida Anna Mae Bullock, em 26 de novembro de 1939, em Nutbush, no Tennessee, a diva do rock morreu na quarta-feira 24, em sua casa, na Suíça.

## De volta às armas

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, suspendeu, na segunda-feira 22, a trégua com o Estado-Maior Central, a principal dissidência das Farc, que depôs as armas em 2017. A medida foi motivada pelo assassinato de quatro jovens indígenas na região sul, a mais conturbada do país. "A trégua bilateral que vigorava nos departamentos de Meta, Caquetá, Guaviare e Putumayo está suspensa, e todas as operações ofensivas foram reativadas", disse o governo.

O fim do cessar-fogo ameaça o plano de "paz total" do presidente de esquerda, um ex-guerrilheiro que prometeu, durante a campanha eleitoral, acabar com os conflitos no país por meio da negociação com os grupos armados. Além do Estado-Maior Central, o Exército de Libertação Nacional recusou-se a acabar com as hostilidades, apesar das negociações de paz iniciadas em novembro.

## EUA/ FERIDA ABERTA

PADRES ABUSARAM SEXUALMENTE DE QUASE 2 MIL VÍTIMAS EM ILLINOIS

Ao menos 1.997 crianças e adolescentes foram abusados sexualmente por mais de 450 sacerdotes e funcionários da Igreja Católica durante quase sete décadas em Illinois, nos EUA. Os crimes foram constatados em seis dioceses desde os anos 1950, atesta um relatório divulgado pelo procurador-geral do estado, Kwame Raoul, na terça-feira 23. O nú-

mero de vítimas é quatro vezes maior que o reportado em 2018, quando a investigação do governo começou.

No dia anterior, autoridades da Bolívia também anunciaram a abertura de inquérito para apurar denúncias contra clérigos no país. Recentemente, o jornal *El País* revelou o caso do padre espanhol Alfonso Pedrajas, que admitiu em um

diário ter abusado de dezenas de menores na década de 1970. O religioso morreu de câncer aos 62 anos, em 2009.

Desde 2019, bispos e padres são obrigados a informar ao Vaticano suspeitas de abusos sexuais. Em caso de descumprimento do decreto do papa Francisco, eles podem ser considerados corresponsáveis pelos crimes.



**O relatório cita 450 sacerdotes e funcionários da Igreja Católica**



# A REPÚBLICA CONTRA-ATACA

O AFASTAMENTO SUMÁRIO DO JUIZ EDUARDO APPIO  
DESNUDA O TEMOR DO LVAJATISMO EM RELAÇÃO  
ÀS DENÚNCIAS DE RODRIGO TACLA DURAN

*por* FÁBIO MENDONÇA

**D**epois da anulação das condenações de Lula pelo Supremo Tribunal Federal e de ser praticamente extinta na gestão de Jair Bolsonaro, a Lava Jato foi ressignificada e retornou aos holofotes a partir de fevereiro deste ano. Isso só foi possível porque o juiz que assumiu os casos da operação na primeira instância, Eduardo Appio, resolveu passar a limpo os desmandos da República de Curitiba, comandada pelo então juiz Sergio Moro e pelo ex-procurador Deltan Dallagnol, hoje senador e deputado federal cassado, respectivamente. Em três meses, o magistrado reverteu várias decisões de Moro, dentre elas a ordem de prisão de Rodrigo Tacla Duran, ex-advogado da construtora Odebrecht que acusa Moro e Dallagnol de tentar extorquir-lo em troca de um acordo de delação premiada. Finalmente, o Judiciário parecia disposto a punir os crimes cometidos pelo grupo de inquisidores, principal responsável pelo fenômeno do bolsonarismo ou o “gérmen do fascismo”, nas palavras do ministro Gilmar Mendes, do STF.

A reação veio a galope. Na segunda-feira 22, o Conselho do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, atendendo a uma representação do desembargador Marcelo Malucelli, afastou Appio do cargo. O juiz de primeira instância, alega o desembargador, teria feito um telefonema “ameaçador” a seu filho, o advogado João Eduardo Malucelli. Namorado da filha de Moro, João Malucelli figura como sócio do Wolff & Moro Sociedade de Advogados, escritório do senador e de sua esposa, a deputada federal Rosângela Moro. Além do afastamento sumário de Appio, antes da conclusão da investigação, o TRF-4 determinou a devolução dos computadores e do celular funcional utilizados pelo magistrado e o proibiu de ter acesso às dependências das Justiça Federal. Appio recebeu o exíguo prazo de 15 dias para apresentar defesa.

“Talvez não exista no Judiciário uma

## O ATUAL RIGOR DO TRF-4 CONTRASTA COM A LENIÊNCIA DO TRIBUNAL EM RELAÇÃO AOS ABUSOS DE SERGIO MORO

decisão de gravidade maior do que afastar o juiz da sua jurisdição. E fazer isso de forma sumária, sem abrir um processo para que ele possa se explicar, é de profunda gravidade”, opina Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, um dos mais renomados advogados criminalistas do País. “Esse tribunal acobertou decisões estranhas da Lava Jato, decisões essas que foram depois anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, apoiou a parcialidade do Sergio Moro com os procuradores em conluio evidente e ajudou



O magistrado foi destituído antes de ter a chance de apresentar a sua defesa

a força-tarefa a corromper o sistema de Justiça. No momento em que um juiz inicia uma série de investigações seriíssimas contra a Lava Jato, querendo ouvir o Tacla Duran, querendo ouvir Dallagnol, que está levando adiante a questão dos grampos do Alberto Youssef, dentre outras medidas que incomodam a Lava Jato, é muito estranho, para dizer o mínimo, a decisão de afastá-lo. Evidentemente, a acusação feita contra Eduardo Appio tem de ser periciada de forma técnica, mas tem de ser aberto vista para o juiz se manifestar.”

Um dos coordenadores do Grupo Prerrogativas e do coletivo Juristas pela Democracia, o advogado Marco Aurélio de Carvalho também critica o TRF-4 e defende a apuração da denúncia contra Appio. “Precisamos agir com cautela, prestigiando o benefício da dúvida e da presunção de inocência. Ainda é muito cedo para fazer qualquer julgamento. Não sabemos as circunstâncias em que os supostos fatos se deram. Se houve alguma irregularidade por parte do juiz, que a lei seja aplicada. Defendemos para ele o que defendemos para todo e qualquer juiz, temos de ser coerentes, a régua tem de valer para Chico e para Francisco”, pondera. “Se, de fato, aquilo do que ele está sendo acusado for verdadeiro, o afastamento é oportuno e talvez até necessário. Mas não sei se, do ponto de vista formal, esse afastamento seguiu todos os trâmites. De qualquer forma, tudo o que aconteceu nessa vara nos últimos anos é suspeito, é complexo.”

Appio é acusado de telefonar para João Malucelli, passando-se por um servidor da área da saúde da Justiça Federal, em 13 de abril deste ano. A conversa foi gravada pelo filho do desembargador, que procurou o futuro sogro para avaliar o que fazer, conforme Moro admitiu em entrevista à GloboNews. No fim da conversa, o autor da ligação pergunta se João Malucelli “tem certeza que não tem aprontado nada”, frase interpretada pelos desembargadores como uma ameaça, o que levou o juiz do cargo. “Estou totalmente alheio a toda

essa barbaridade”, declarou Appio. “Mas me mantenho tranquilo, acredito que a decisão será revertida em Brasília.” Rigoroso para punir o trote, o TRF-4 sempre fechou os olhos para os abusos cometidos por Moro, a exemplo da divulgação de uma conversa telefônica da então presidenta Dilma Rousseff fora do período autorizado judicialmente, do grampo em 25 ramais do escritório de advocacia que defendia Lula e da espetacular condução coercitiva do petista antes de sequer chamá-lo a depor. Todos esses malfeitos só foram censurados pelo STF tempos depois, quando a Corte anulou as condenações do atual presidente.

**U**ma coisa que Sergio Moro, Dallagnol e companhia nunca seguiram foram os protocolos jurídicos, exatamente o contrário do que Appio vinha fazendo.

O Brasil foi transformado no que vimos em 8 de janeiro exatamente porque foram atropeladas todas as leis e garantias. Para combater a corrupção, o Estado não pode ser delinquente. Não se combate a delinquência sendo delinquente. E a Lava Jato, por tudo que se sabe dela ao fazer uso político contra adversários, entrou num estado de delinquência”, dispara Lenio Streck, professor de Direito Constitucional. Ao revisar a lambança feita por Moro, Appio anulou uma das condenações do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e decretou a prisão do doleiro Alberto Youssef. Ambas as decisões, porém, acabaram cassadas pelo mesmo TRF-4.

O *timing* do afastamento de Appio também é para lá de suspeito. Ocorre exatamente uma semana após Dallagnol ter o mandato de deputado cassado por unanimidade pelo Tribunal Superior Eleitoral. No entendimento do TSE, o ex-procurador fraudou a Lei da Ficha Limpa ao pedir exoneração do cargo antes da análise de 15 reclamações que poderiam resultar em processos disciplinares no Conselho Nacional do Ministério



Tacla Duran afirma que Lima recebeu mesada para proteger doleiros. Já Dallagnol e o casal Moro são acusados de extorqui-lo, em 2016, em troca de um acordo de delação que o livrasse da cadeia



Público. Sem foro privilegiado, o antigo coordenador da força-tarefa da Lava Jato ficou exposto às acusações de Tacla Duran. O advogado teve sua prisão decretada por Moro em 2016. Chegou a ficar detido por 70 dias na Espanha, onde vive até hoje. Ao assumir a titularidade da Vara Federal, Appio revogou a decisão, confirmada pelo STF, o que permitiria ao denunciante retornar ao Brasil para expor as provas que diz possuir.

Marcelo Malucelli, o desembargador “ofendido”, tentou antes vencer uma queda de braço. Apesar da determinação do Supremo, elaborou um despacho no qual restituía a ordem de prisão de Tacla Duran. Quando a relação de seu filho com a família Moro veio a público e após o STF cobrar explicações, o magistrado de segunda instância negou a intenção de burlar a ordem superior e, em seguida, declarou-se suspeito no caso. Para seu azar, a parcialidade deixou rastros: o site do próprio TRF-4 noticiou a decisão e, mesmo após a nota ser apagada, a memória em *cache* desnudou o vaivém do magistrado.

**O** afastamento, temporário ou definitivo, de Appio tende, no entanto, a ser uma vitória de Pirro do lavajatismo que contamina o tribunal regional. Por ora, quem reassume a vaga na 13ª Vara de Curitiba é uma associada de Moro nos desmandos, a juíza Gabriela Hardt, famosa por aplicar um “copia-e-cola” em uma das sentenças contra Lula. Prevenido diante da manobra, o STF decidiu, no entanto, se antecipar. Na terça-feira 23, o ministro José Dias Toffoli solicitou o envio à Corte das cópias dos processos relacionados ao ex-advogado da Odebrecht.

O caso Tacla Duran é apontado como um divisor de águas na Lava Jato, por expor outra vertente do projeto de poder da República de Curitiba, a pecuniária. Em depoimento por videoconferência no fim de março, Duran afirmou que Moro e Dallagnol faziam parte de um es-



O desembargador Marcelo Malucelli restituiu a prisão de Duran, e logo depois voltou atrás

quema de extorsão do qual teria sido vítima. O denunciante diz ter sido procurado, em 2016, pelo advogado Carlos Zucolotto Júnior, sócio de Rosângela Moro e padrinho de casamento do casal Moro, para negociar o pagamento de propina. Segundo afirma, Zucolotto exigiu 5 milhões de dólares em troca de benefícios no acordo de delação premiada com a Lava Jato, que o livraria da prisão e evitaria o confisco de uma conta com cerca de 25 milhões de dólares. A negociação teria se dado por troca de mensagens, nas quais Zucolotto havia garantido que o acordo tinha a anuência de “DD”, iniciais de Deltan Dallagnol. O advogado alega ter depositado uma primeira parcela de 612 mil dólares, valor repassado ao escritório de Marlus Arns, advogado que atuava em parceria com Rosângela Moro. O comprovante da transação foi entregue a Appio. Procurado por *CartaCapital*, Arns não res-

pondeu aos pedidos de esclarecimentos.

Tacla Duran não mira apenas em Moro e Dallagnol, diz ter farta munição para atingir outros próceres da República de Curitiba. É o caso do procurador aposentado Carlos Fernando dos Santos Lima, braço direito de Dallagnol na finada força-tarefa da Lava Jato. Lima é acusado de cobrar 500 mil dólares de Wu-Yu Sheng, conhecido como “Paulo China”, para livrar alguns doleiros da perseguição penal. A quantia seria rateada entre os envolvidos e paga, em parcelas, mensalmente. Paulo China morreu de câncer em agosto de 2020, mas o dinheiro sempre deixa um rastro. O denunciante garante ter provas materiais sobre a operação criminosa dos lavajatistas e tinha se comprometido a entregá-las pessoalmente a Appio, quando retornasse ao Brasil. Horas antes de ser afastado do cargo, o juiz também desarquivou um processo sigiloso que trata da relação da força-tarefa de Curitiba com a informante Meire Bonfim Poza, então contadora de Alberto Youssef. A testemunha aparece em diálogos de procuradores da Lava Jato divulgados pela “Vaza Jato”, material obtido pelo *hacker* Walter Delgatti. Nas conversas, os procuradores se declaram preocupados com o depoimento de Poza ao procurador da República Osório Barbosa, em São Paulo. Outra medida no radar de Appio era uma investigação rigorosa dos escritórios de advocacia escolhidos para os acordos de delação. Há indícios de cobrança de propina. “Chegamos ao momento, talvez, mais importante, que é o de fazer um estudo sério e responsável para tentar apurar responsabilidades, especialmente do juiz, dos procuradores que ele coordenava, e até mesmo dos advogados que se acumpliciaram e se tornaram força auxiliar do Ministério Público. É preciso saber quem recebia esse dinheiro. O doutor Tacla Duran diz que havia pessoas que deixavam de ser presas, que não seriam investigadas porque pagavam a integrantes da força-tarefa. É necessário que essa investigação seja feita”, destaca Kakay.

**MESMO COM A  
SAÍDA DE APPIO, AS  
CABEÇAS DE MORO  
E DALLAGNOL  
CONTINUAM  
A PRÊMIO**



**Tacla Duran acusa Zucolotto, padrinho do casal Moro, de cobrar 5 milhões de reais para livrá-lo da cadeia, mas diz ter pago apenas a primeira parcela do acerto na conta do escritório de Marlus Arns**



Um dia antes do afastamento, Appio havia determinado a convocação de Dallagnol para depor sobre as acusações de Tacla Duran, uma vez que o ex-deputado perdeu o foro privilegiado e está ao alcance da primeira instância. O depoimento está marcado para 19 de junho, mas é provável que a juíza substituta, Gabriela Hardt, anule a audiência. Quando Moro abandonou a magistratura para assumir o Ministério da Justiça de Bolsonaro, Hardt chancelou o trabalho do colega e chegou a copiar trechos de sua sentença, no caso do Triplex do Guarujá, ao condenar Lula novamente pelo sítio em Atibaia. Depois, em outra ação penal fora do âmbito da Lava Jato, copiou *ipsis litteris* um trecho das alegações finais do Ministério Público sem dar o devido crédito, mas essa nem o TRF-4, com toda a sua boa vontade, conseguiu ignorar. No caso de Moro, a situação é diferente. Na condição de senador, ele será investigado pelo STF. O ministro Edson Fachin relata o caso.

Apesar do balão de oxigênio oferecido pelos “socorristas” do TRF-4, Moro, Dallagnol e associados continuam com a cabeça a prêmio, respondendo a numerosos processos. “São crimes graves que

aparentemente foram cometidos e que o sistema de Justiça se negava a investigar. Tem de haver uma ampla investigação sobre toda a Lava Jato. Precisa ser investigado o que houve de ilicitude ali, porque foi o maior escândalo judicial da nossa história”, comenta Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo e colunista desta revista. Entre os processos nas costas de Moro dois tramitam no TSE e podem levar à perda de mandato de senador. A federa-

**O DENUNCIANTE  
APRESENTOU  
O COMPROVANTE  
DE UM DEPÓSITO  
DE 612 MIL  
DÓLARES PARA  
MARLUS ARNS,  
ANTIGO PARCEIRO  
DE NEGÓCIOS DE  
ROSÂNGELA MORO**

ção PT/PCdoB/PV e o PL, partido de Bolsonaro, tentam impugnar a candidatura do ex-juiz por abuso de poder econômico na campanha eleitoral. Moro, dizem as legendas, foi privilegiado em relação a seus concorrentes por ter recebido quantias volumosas de recursos no período em que se apresentava como pré-candidato a presidente da República, colocando-o em uma situação mais vantajosa que seus adversários. Ele também vai precisar responder a uma ação civil pública interposta pelo Grupo Prerrogativas, que pleiteia reparação por danos morais coletivos causados pela Lava Jato. Na peça, o ex-juiz é acusado de promover reiterados e sistemáticos ataques contra o regime democrático, cujos efeitos influenciaram as eleições presidenciais de 2018, de atuar de modo parcial nos julgamentos, de divulgar conversas capturadas ilícitamente entre a presidenta Dilma Rousseff e Lula, e de ter aceitado, posteriormente, o convite para ser ministro da Justiça do governo Bolsonaro. “A gente está buscando a responsabilização pessoal do ex-juiz e, no decorrer das investigações, vai buscar também a responsabilidade dos procuradores. Como todo e qualquer brasileiro sujeito à legislação constitucional e infraconstitucional vigente, eles vão precisar prestar contas à Justiça”, explica Marco Aurélio de Carvalho.

**D**allagnol tampouco terá vida fácil pela frente. Precisar responder aos vários questionamentos feitos pelo deputado federal Glauber Braga, do PSOL, sobre a sua espantosa evolução patrimonial. Na Procuradoria-Geral da República repousa um pedido de abertura de inquérito para apurar negócios suspeitos, como a compra de dois apartamentos em Curitiba com preço abaixo do mercado e o financiamento de outros imóveis pelo Programa Minha Casa Minha Vida, com vistas à especulação imobiliária. O parlamentar vê, ainda, indícios de irregu-

laridades na compra de quatro lojas da Hering em shoppings em nome de familiares do ex-deputado. A ação pede ainda esclarecimentos sobre a suposta tentativa do Incra em reverter na Justiça a desapropriação de 16 fazendas em Mato Grosso que pertenceriam à família do deputado cassado. Também fazem parte do processo a tentativa de Dallagnol de criar e gerenciar um fundo de 2,5 bilhões de reais com recursos que seriam ressarcidos à Petrobras e as palestras proferidas pelo ex-procurador, trabalho paralelo que lhe teria rendido mais de 1 milhão de reais.

“Ele continua a ser uma figura pública e tem obrigação de responder aos questionamentos. Se as justificativas não forem consistentes, terá de responder judicialmente pelo prejuízo que causou ao Erário. Ele trabalhou como agente de um projeto político e econômico e precisa ser devidamente responsabilizado. Tanto por aquilo que possa ter acumulado ilegalmente, do ponto de vista do seu patrimônio, quanto por aquilo que fez na Lava Jato legiti-

mando um projeto de poder”, diz Braga. Engana-se quem pensa que as ações disciplinares em tramitação no Conselho Nacional do Ministério Público antes de Dallagnol pedir exoneração do cargo foram extintas. Os dois Processos Administrativos nos quais foi condenado, inclusive, continuam inconclusos pelo motivo de ele próprio ter recorrido ao STF. O fato subsidiou a decisão do TSE ao cancelar o mandato, assim como outros processos que podem ser julgadas pelo CNMP.

**U**m deles reúne as reclamações disciplinares relativas à Fundação Lava Jato, abastecida com o tal fundo de 2,5 bilhões de reais, e as palestras e eventos pagos por empresas privadas para integrantes da Lava Jato. Há ainda a ligação de Dallagnol para Eduardo Pelella, então chefe de gabinete do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedindo dados patrimoniais de Dias Toffoli e de sua esposa pa-

ra supostamente abastecer uma investigação clandestina a respeito do ministro. Outra sindicância pendente diz respeito ao vazamento de informações sobre investigados, clara violação de sigilo funcional, além de uma reclamação disciplinar para analisar manifestações em redes sociais contra magistrados do Supremo. Parênteses: como Dallagnol, Moro terá de se explicar sobre a acusação, registrada em vídeo, de que Gilmar Mendes vende sentenças.

Algumas das ações são coletivas, incluem Dallagnol e outros procuradores, e, inevitavelmente, serão julgadas. As penas são de ordem administrativa, como uma advertência registrada na ficha funcional do condenado, o que dificulta o ingresso na OAB e em algum concurso público. Neste caso, a infração é vista como uma anotação disciplinar que representa restrição aos antecedentes do condenado. Mas, a esta altura, como decidiu o TSE, todos sabem, Dallagnol, aspirante a Torquemada, não passa de um ficha suja. •



Após a aposentadoria de Ricardo Lewandowski, o ministro Edson Fachin assumiu a relatoria das denúncias feitas pelo ex-advogado da Odebrecht

# O QUARTEL DE ABRANTES



AS CONSEQUÊNCIAS DA LAVA JATO  
DEIXAM ATÉ AGORA TUDO COMO DANTES.  
E ATÉ COM NOVIDADES

por MINO CARTA



**E**do conhecimento até do mundo mineral que o Brasil é o país onde tudo é apurado minuciosamente, mas nada é decidido quando a apuração termina. Para exemplificar, a Operação Lava Jato, tão daninha para o País, até hoje não mereceu a punição unânime dos poderes da República, a começar pelos sentinelas da Constituição. Neste exato instante, está em curso a tentativa de adiar o processo que já espana o banco dos réus para receber o ex-procurador Deltan Dallagnol, covardemente encaminhado ao foro privilegiado por sua condição de recém-eleito a deputado federal.

Está em curso a tentativa de alargar o processo, como seria inevitável, pa-

**O energúmeno demente agradece aos céus o inesperado presente recebido por obra do processo que prendeu Lula sem provas, e apontado à execução mundial por Luigi Ferrajoli**



ra incluir Sergio Moro e sua mulher, ambos envolvidos da ponta dos sapatos à raiz dos cabelos. É fato extraordinário: uma operação que tantos males causou ao Brasil ainda não teve o devido julgamento pelos inúmeros crimes cometidos. Durante a prisão de Lula, *CartaCapital* convidou o jurista italiano Luigi Ferrajoli para analisar com a necessária competência o andamento do processo. O convidado não hesitou em apontar os delitos praticados à sombra da República de Curitiba.

Segundo Ferrajoli, resultavam da Operação Lava Jato o *impeachment* da presidenta Dilma e a prisão do ex-presidente Lula, levada a cabo ao sabor de “três aspectos inconfundíveis das práticas inquisitivas”. A saber: “A confusão entre juiz e acusação”. Surge em cena,



portanto, a figura do juiz inquisidor: “Promove a acusação, formula as provas, emite mandados de sequestro e de prisão, participa de entrevistas à imprensa, ilustrando a acusação, antecipando o juízo e, enfim, pronuncia a condenação de primeiro grau”.

**S**ergio Moro é o protagonista absoluto do processo, além de promover a acusação, emite a sentença de 9 anos e 6 meses de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro, e interdição para o exercício de funções públicas por 19 anos. Conclui Ferrajoli: “Avulta o poder despótico do juiz inquisidor”. Forma-se, assim, a premissa de

O impeachment de Dilma Rousseff  
leva o Congresso ao delírio exultante

**“VEIO À LUZ  
A INCRÍVEL  
FRAGILIDADE DO  
CONSTITUCIONALISMO  
DE PRIMEIRA  
GERAÇÃO, EM  
RELAÇÃO AO QUAL  
O BRASIL DEVERIA  
REFLETIR  
SERIAMENTE”,  
DIZ FERRAJOLI**

um procedimento dedutivo que assume como verdadeiras somente as provas que o confirmam. Prossegue o jurista italiano: “A terceira característica inquisitória é, enfim, a assunção do imputado como inimigo e sua demonização por parte da imprensa”.

A antecipação do juízo caracteriza também uma entrevista, ao *Estadão*, do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, o qual declara candidamente que a sentença do primeiro grau é tecnicamente irrepreensível. Comenta Ferrajoli: “Semelhante antecipação do juízo, segundo os códigos de processo de todos os países civilizados, é motivo óbvio e indiscutível da interferência indevida a justificar o afastamento



**Cercado pelo povo, Lula caminha  
ao encontro dos federais que irão prendê-lo**

do magistrado”. Ferrajoli reconhece a qualidade da Constituição Cidadã formulada pela Constituinte comandada pelo doutor Ulysses.

Mas os penosos eventos institucionais que atingiram dois presidentes “trouxeram à luz a incrível fragilidade do constitucionalismo de primeira geração, isto é, das garantias penais e processuais dos direitos de liberdade, uma fragilidade sobre a qual a cultura jurídica e política democrática no Brasil deveria refletir seriamente”. A administração parece dirigida especialmente ao arcabouço jurídico brasileiro e ao seu Supremo Tribunal tantas vezes leniente.

Assim como as palavras do juris-

ta italiano poderiam orientar a acusação aos criadores da Lava Jato, aparece agora um forte motivo para engrossar o caldo, a denúncia de corrupção relatada na reportagem de capa, como se não bastassem outras consequências diabólicas que se originam na Lava Jato. Difícil hierarquizá-la, mas cabe à perfeição à eleição do energúmeno demente Jair Bolsonaro, na ausência de Lula em 2018. E também o bolsonarismo a invocar a intervenção militar, a fomentar o poderio do presidente da Câmara, Arthur Lira, a estimular a violência policial, a precipitar os eventos do dia 8 de

janeiro com a invasão do Planalto, fornecem a prova de que os poderes da República são engrenagens desconectadas umas das outras.

Por aqui, 30% da população morre de fome, enquanto outros 30% não sabem se conseguirão jantar, e tropeçamos cada vez mais em quem dorme na calçada e somos o segundo país mais desigual do mundo, mais desigual que os africanos, enquanto a casa-grande e a senzala ainda estão de pé etc. etc. À moda tipicamente brasileira, não falta quem se empenhe para silenciar aquela denúncia. Assistimos, conforme o hábito, ao embate entre o Bem e o Mal e o prognóstico, para não fugir ao andor nativo, é ainda incerto. •

# DECISÃO FUNDAMENTADA

LENIO STRECK DEFENDE A ANULAÇÃO  
DO MANDATO DE DALLAGNOL

**E**m meio à polêmica sobre a cassação do deputado Deltan Dallagnol, Lenio Streck, procurador aposentado e professor de Direito da Unisinos, não tem dúvida: a decisão do TSE foi fundamentada.

Streck, na entrevista à repórter **Fabíola Mendonça**, vê nas críticas uma tentativa de colocar em dúvida a lisura do tribunal, que em breve vai decidir sobre o futuro político de Jair Bolsonaro e Sergio Moro.

**Carta Capital:** O que achou da cassação do mandato de Deltan Dallagnol?

**Lenio Streck:** É uma decisão bem complexa para quem não é do ramo, mas, em termos jurídicos, não é difícil. Embora a lenda urbana criada em torno da decisão seja uma narrativa falsa de que o TSE teria forçado a barra, feito uma interpretação extensiva e utilizado denúncias contra Dallagnol como expectativas de que pudessem se transformar em processo administrativo disciplinar, esqueceram de dizer que havia dois procedimentos em aberto feitos pelo próprio Dallagnol para respirar por aparelhos, digamos assim. Quando foi condenado, ele recorreu ao

STF. Abriu mão da fase administrativa e foi para a judiciária. Deixou os dois processos abertos e pediu exoneração, e isso é proibido. Querem questionar a credibilidade do TSE em face do que vem por aí. O bolsonarismo e os moristas criticam o TSE porque o tribunal vai julgar Bolsonaro e Moro. “Vamos



Há uma tentativa de desmoralizar os juízes do TSE, afirma Streck

amaldiçoar logo o TSE para, quando chegar a vez de Bolsonaro e de Sergio Moro, o tribunal estar frágil.” Quem leu a decisão e acompanhou todo o histórico sabe que esses dois processos foram fundamentais.

**CC:** Havia fundamento legal.

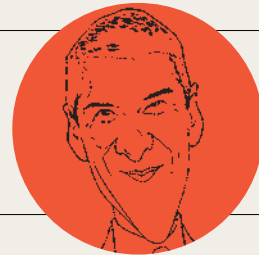
**LS:** O TSE nem cassou o mandato. Apenas o extinguiu, porque ele não poderia ter sido candidato, desde a origem. Houve a extinção da candidatura, o mandato foi anulado.

**CC:** Qual a chance de o STF reverter a decisão?

**LS:** Tecnicamente, os elementos probatórios estão contra Dallagnol. Em Direito, sempre se diz que tudo é subjetivo, mas os fatos não podem ser transformados em meras narrativas.

**CC:** O que está por vir?

**LS:** A situação do Bolsonaro, tecnicamente, é ainda mais fácil de julgar do que o caso Dallagnol. Há uma série de elementos objetivos intransponíveis, como a reunião com os embaixadores. No caso do Moro, também há muitos elementos. São dois processos sobre as contas de campanha. O ex-juiz usou recursos quando era pré-candidato à presidência da República, mas depois concorreu ao cargo de senador, o que lhe deu vantagem em relação aos concorrentes. •



# Detesto Dallagnol, mas...

## ► Não se pode aplicar ao deputado a mesma régua do lavajatismo

**U**m minuto... Detesto tudo o que Deltan Dallagnol representa. Detesto a venalidade escondida atrás das cruzadas contra a corrupção política. Detesto os que se dispõem a usar o tema da corrupção para construir uma carreira e ganhar fama. Detesto os covardes que usam os cargos para perseguir seus adversários políticos. Detesto a hipocrisia dos “políticos que não são políticos”. Detesto aqueles que fazem todo o percurso político fingindo não ter qualquer interesse político e, desta forma, negam a beleza da política, que consiste justamente em tomar partido e fazer escolhas com base em convicções. Detesto os que constroem a sua biografia política usando a “imparcialidade” do sistema judicial. Detesto os seus métodos, a sua covardia, a falsa moralidade. Detesto os parceiros políticos de Dallagnol e detesto, em particular, Sergio Moro, a sua mediocridade, o seu vocabulário limitado, a sua vulgaridade. Detesto os que usam a prisão como arma política e os que são capazes de, injustamente, causar o sofrimento de outros com o objetivo de subir na vida. Detesto aqueles que em público reclamam a mais pura intenção, enquanto na sombra exibem o punhal e recorrem ao golpe de mão. Detesto a moral do mafioso – larga a arma, traz os *cannoli*.

Detesto tudo isso. E é tudo isso que me leva a dizer que não gostei do que foi feito contra o mandato do deputado Dallagnol. Tenho demasiado respeito pelo mandato popular para achar que este pode ser cassado por questões administrativas menores.

O que aconteceu no Supremo Tribunal Eleitoral é revelador de uma descon sideração da soberania popular inaceitável, seja qual for o ponto de vista democrático. A justiça eleitoral pode e talvez deva atuar com rigor antes da eleição, na verificação das condições de candidatura. Mas depois dos votos contados, depois da eleição, o respeito devido à escolha popular não deve ser posto em causa por motivos fúteis.

**Acontece que os motivos** invocados na decisão de cassação não me convencem e, ao contrário, me parecem absolutamente desatinados. Dizem os juizes, se bem entendi, que o deputado não era inelegível, mas que estaria a fugir de uma punição e que essa punição, se tivesse ocorrido, o tornaria inelegível. É dessa forma que cassam um mandato popular conquistado numas eleições que todos consideraram livres e justas.

Não posso acreditar que seja o único a achar tal raciocínio jurídico completamente ridículo. E o mais assustador é verificar que a votação foi por unanimidade e não durou mais de um minuto. Um minuto. Foi esse o tempo de debate que os senhores juizes dedicaram à descon sideração do voto popular que elegeu um deputado. Um minuto. Dá o que pensar.

E, por favor, poupem-me aos lamentáveis argumentos de que o visado me-

recia. Não, não se trata do visado, trata-se da democracia. Não se trata do titular, trata-se do voto popular. Não se trata de Dallagnol, trata-se de justiça e trata-se justamente de não lhe fazer o que fez a outros, entre os quais se conta o atual presidente da República. A democracia não usa esses métodos. E se alguém quer pessoalizar a decisão judicial então erra duas vezes – erra na substância e erra na sua justificação.

A justiça democrática é impessoal e sabe que todo poder emana do povo, mesmo as regras constitucionais que limitam esse poder e que se costumam chamar de garantias. Quem passou os últimos anos a combater a Lava Jato, operação na qual a personagem em questão foi protagonista, não o fez com nenhuma expectativa de vingança. Fê-lo em defesa do direito democrático, fê-lo por decência democrática.

Desculpem os meus amigos, mas esse ato nada tem de democrático nem de decente. E quando assim pensamos, sem prejuízo de melhor análise, que não estou a ver qual possa ser, o nosso dever é dizê-lo publicamente. Principalmente se é um personagem que nos é antipático. Principalmente se é um adversário político. O combate à Lava Jato foi feito por gente que não pensou no seu interesse, mas em fazer o que era correto. O combate à Lava Jato foi justamente para evitar a criminalização daquilo que não gostamos politicamente. Pois bem, é exatamente o que vejo neste caso, uma vingança política que recorre ao mais desprezível ativismo judicial.

Pronto, está dito. Agora estou melhor. •  
[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)

# SEM LENIÊNCIA

CRESCE O MOVIMENTO EM FAVOR DA REVISÃO DAS MULTAS E OBRIGAÇÕES DRACONIANAS IMPOSTAS PELA LAVA JATO ÀS EMPRESAS

por MAURÍCIO THUSWOHL

**M**eses de permanente “tortura psicológica”. Assim o empreiteiro Emílio Odebrecht descreve o período em que ele e outros empresários presos pela Operação Lava Jato estiveram à mercê do então juiz Sergio Moro e da força-tarefa de Curitiba. A descrição consta das páginas do livro *Uma Guerra Contra o Brasil – Como a Lava Jato Agrediu a Soberania Nacional, Enfraqueceu a Indústria Pesada Brasileira e Tentou Destruir o Grupo Odebrecht*, lançado neste mês. Em 320 páginas, o executivo detalha o clima de caça às bruxas. À base de coerções e ameaças, relata o empreiteiro, “foi montada uma fábrica de delações” cujo objetivo principal era levar Lula à cadeia, impedir a candidatura do petista e drenar recursos das empresas “muito além do que elas poderiam arcar”. Somados, os acordos de leniência im-

postos às empreiteiras pela Lava Jato, com base na Lei 12.846 de 2013, ultrapassam 40 bilhões de reais. A Advocacia-Geral e a Controladoria-Geral da União impuseram multas de 17,6 bilhões, dos quais metade entrou nos cofres públicos a partir de 2017. Outros 24,7 bilhões de reais foram negociados diretamente pela Procuradoria-Geral da República, entre 2014 e 2022. Neste caso, não se sabe quanto foi ressarcido até o momento, pois os acordos permanecem sob sigilo.

**OS ACORDOS LEVARAM AO FECHAMENTO DE MILHÕES DE EMPREGOS E INVIABILIZAM A RECUPERAÇÃO DAS COMPANHIAS**

O livro de Odebrecht vem a público em um momento crucial da revisão dos desmandos da “República de Curitiba”, no âmbito criminal, eleitoral e cível. Assim como a parcialidade de Moro reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, a condenação sem provas de Lula e a revisão de diversas decisões da 13ª Vara Federal, os acordos de leniência passaram a ser questionados na Justiça. Por meio de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, três partidos, PSOL, PCdoB e Solidariedade, pedem ao Supremo Tribunal Federal a reanálise dos termos dos acordos e o reconhecimento de um Estado de Coisas Inconstitucional nas negociações, ou melhor, na pressão dos procuradores. A relatoria caberá ao ministro André Mendonça, indicado ao cargo por Jair Bolsonaro.

Apouca transparência dos acordos e o histórico de arbitrariedades da força-tarefa, a começar pela tentativa de Deltan Dallagnol e associados de se apoderar de 2,5 bilhões de reais das multas pagas pelas empresas a pretexto de criar um fundo de “combate à corrupção”, justificam a ADPF e o debate público. Não por acaso, cinco dias antes de ser afastado do comando da 13ª Vara pela Corte Especial Administrativa do Tribunal Federal da 4ª Região, o juiz Eduardo Appio havia determinado a retirada do sigilo do acordo de leniência firmado entre Moro e a Odebrecht. Durante inspeção dos processos, Appio constatou “potenciais ilegalidades” na negociação e na destinação dos recursos. O magistrado encaminhou os documentos ao Tribunal de Contas da União, à Corregedoria Nacional de Justiça e à Polícia Federal. Segundo Appio, o acordo é ilegal por não ter sido intermediado por autoridades do governo brasileiro e por “defender interesses estrangeiros em território nacional”.

O movimento pela revisão dos tratos ganha, a cada dia, mais adeptos. “Hoje temos certeza de que os acordos de leniência e de delação premiada foram fei-



tos quando a arbitrariedade dava o tom da Lava Jato. Os próprios procuradores admitiram que eram feitas prisões para forçar as delações, e estas estão muito próximas aos acordos de leniência. Então, eles podem e devem ser questionados”, afirma o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Segundo ele, seria perfeitamente natural uma eventual anulação das obrigações financeiras impostas à Odebrecht. “Um acordo de delação premiada sério prevê como primeiro quesito a espontaneidade. O delator tem de querer fazer a delação por conveniência própria, seja ela qual for. Não é crível que 27 delatores de uma mesma empresa resolvam fazer espontaneamente uma delação na mesma época. O livro do Emílio Odebrecht deixa isso muito claro, demonstra a pressão sofrida.”

**Em livro, Emílio Odebrecht descreve a “tortura” para assinar o acordo de leniência. A empreiteira de grandes obras, como o Maracanã, foi à lona**



Um dos autores da ADPF, a pedido dos partidos, Rafael Valim, sócio do escritório Warde Advogados, diz existirem inúmeras irregularidades e estas precisam ser analisadas com rigor. Valim enumera algumas: “Acordos firmados sob coação, desproporcionalidade na fixação de multas e do ressarcimento ao Erário, ausência da AGU e da CGU na celebração dos acordos, celebração de múltiplos acordos, fatos que eram tidos como ilícitos, mas que depois perderam essa qualificação”. Somado à perda de contratos, o rigor excessivo na estipulação dos valores pelo ex-juiz teve o efeito de quebrar as empresas, acrescenta Marco Aurélio de Carvalho, do Grupo Prerrogativas. “O rastro de destruição e miséria deixado pela Lava Jato é indiscutível. Foram mais de 4,4 milhões de postos de emprego desativados em con-

sequência da desestruturação da indústria nacional, notadamente dos setores relacionados a petróleo e gás, construção civil e indústria naval. Perdemos 172 bilhões de reais em investimentos e mais de 50 bilhões de reais deixaram de ser carregados aos cofres públicos sob a forma de impostos.”

**U**ma regra de ouro criada pela jurisprudência internacional em casos de corrupção associados a empresas com importância estratégica em qualquer país é não confundir os donos ou diretores que cometeram crimes com a companhia em si. Em outras palavras, punam-se os acionistas e executivos, preservem-se os empreendimentos. Regra desprezada por Moro, cujo projeto político, ideológico e partidário ficou claro ao longo da operação. “No conjunto da obra, os acordos de leniência homologados pela Lava Jato ferem o artigo 219 da Constituição, segundo o qual o Estado tem a obrigação de preservar o mercado interno. Acordos de leniência desse tipo, em que muitas empresas quebraram, prejudicam o mercado interno. Logo, prejudicam a sociedade”, analisa Lenio Streck, procurador aposentado e professor de Direito da Unisinos. “O que fizeram foi atirar fora a água suja do banho com a criança dentro. E só o Brasil faz isso. Não aprendeu nada com o mundo.” Streck cita os casos da norte-americana Boeing e da alemã Siemens, conglomerados envolvidos em escândalos de corrupção, mas preservados por seus respectivos governos, devido à importância estratégica na cadeia produtiva e à grande capacidade de gerar postos de trabalho, diretos e indiretos.

A Lava Jato, acredita Kakay, investiu contra a Petrobras por causa dos “enormes interesses financeiros no pré-sal”. O objetivo político de Moro e companhia, prossegue, era claro: “É óbvio que tentaram quebrar alguns setores da economia brasileira para beneficiar grupos



O cerco da Lava Jato à Petrobras é caso único no mundo



AGU é contra a revisão dos acordos de leniência por temer prejuízos à União

estrangeiros que não tinham condições técnicas de competir com os nacionais”. O advogado avalia como incalculável o prejuízo causado ao País. “Foram bilhões e bilhões de reais, sem contar o desemprego. Cidades que viviam do petróleo ficaram completamente desassistidas por causa dessa sanha acusatória que visava benefícios econômicos para outras empresas.” Carvalho, por sua vez, avalia que revisar os acordos de forma a proteger as empresas e, sobretudo, seus trabalhadores não significa abandonar o combate à corrupção, como afirmam os lavajatistas. “O combate à corrupção é sempre muitíssimo oportuno, bem-vindo e saudável. Mas, para que se possa ter credibilidade, é preciso seguir determinadas regras estabelecidas pela legislação constitucional e infraconstitucional vigente. A melhor forma de combater a corrupção é combatê-la corretamente, dentro das regras do jogo. Isso é o que se deseja para Chico e para Francisco.”

No governo do presidente Lula, principal alvo de Moro, não há consenso a

respeito do assunto. Uma parte da administração defende a revisão limitada às leniências firmadas até 6 de agosto de 2020. Naquela data, um Acordo de Cooperação Técnica sob a coordenação do STF devolveu ao Executivo a análise dos processos. Na AGU, nem o “marco temporal” é bem-visto. Segundo uma

**NO GOVERNO LULA,  
HÁ DIVERGÊNCIAS  
SOBRE O ASSUNTO.  
A AGU É CONTRA  
A REVISÃO DOS  
ACORDOS. E HÁ  
QUEM DEFENDA  
A REANÁLISE  
APENAS DOS  
ACERTOS  
ANTERIORES A  
AGOSTO DE 2020**

fonte da Advocacia-Geral, a revisão poderia trazer prejuízos ao Estado. Streck não vê problema em estabelecer uma data. “As leniências firmadas antes da cooperação são exatamente aquelas questionadas no STF, acordos que foram feitos no ambiente hostil e tóxico do lavajatismo. As empresas não tinham liberdade e foram forçadas. Para mim, devem ser revisados os acordos até 2020. Esse marco é muito importante.” Carvalho é outro favorável à limitação temporal. “Essa posição é fruto de uma experiência prática que cada um dos órgãos, AGU e CGU, tem hoje. Não tenho dúvida de que chegarão a uma boa síntese após os debates que o governo seguramente vai promover em razão dessa matéria.”

**N**o livro, Emílio Odebrecht descreve: “O que mais atemorizava cada um de nós era ficar de fora do acordo final. Nossa vida se transformaria em um inferno. Era o que os promotores prometiam”. Em outro trecho, diz que os presos foram “ameaçados, pressionados, submetidos a quase insuportável sofrimento físico e mental”, para concordar com qualquer coisa sugerida por Moro ou pela força-tarefa. “Queriam que falássemos de fulano e sicrano. Os procuradores apontavam o dedo e não tinham limites.” Apesar dos novos relatos, parte importante do conteúdo da delação da Odebrecht permanecerá desconhecida. Segundo documentos do Ministério Público obtidos pelo portal UOL, os sete HDs de computador, com capacidade de armazenamento de 8 terabytes cada um, com os dados dos servidores clandestinos que guardavam as supostas listas de propinas pagas pela empreiteira, foram destruídos por uma broca de aço após determinação da Justiça Federal do Paraná. Descuido? Premeditação? “Como demonstram o apagamento dos HDs e a substituição do juiz Appio, a Lava Jato não acabou”, resume Kakay. •

# Infância protegida

**ILHA DO MARAJÓ** O governo Lula embala um programa de combate à exploração sexual para substituir os delírios de Damares Alves

POR MARIANA SERAFINI

**P**osso te contar as histórias, mas não vou revelar os nomes, porque a situação aqui é muito delicada”, alerta Nilzete Conceição, coordenadora da Pastoral da Criança de São Sebastião da Boa Vista, um dos 16 municípios da Ilha de Marajó, maior arquipélago do planeta, localizado no Pará. A região de paisagem paradisíaca poderia destacar-se pelo ecoturismo e pela cultura local riquíssima, mas há décadas figura no noticiário associado à exploração sexual de crianças e adolescentes. “A realidade é cruel, mas os horrores que Damares Alves falou sobre as nossas crianças deixou a comunidade revoltada. Precisamos de políticas públicas sérias, não de circo midiático.”

Ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e hoje senadora, Damares usou a triste realidade de Marajó para aterrorizar o eleitorado na campanha de 2022. Em um evento com evangélicos, chegou a dizer que crianças da ilha têm “os dentes arrancados” para facilitar a prática do sexo oral, costume combatido pelo governo Bolsonaro, mas que poderia voltar a ocorrer, caso o capitão perdesse as eleições. Não há registros da gra-

víssima denúncia em inquéritos policiais nem nos relatórios produzidos por duas CPIs da Pedofilia, uma no Senado e outra na Assembleia Legislativa do Pará, ambas realizadas em 2010. Eram *fake news*. Depois, a parlamentar admitiu que ouviu esse relato de populares “nas ruas”, e não teve o cuidado de verificar a informação antes de passá-la adiante. Por mero achismo, ela também concluiu que os recorrentes casos de estupro de vulneráveis são motivados pelo fato de as crianças “não usarem calcinha” e propôs, como solução, a instalação de uma fábrica de roupas íntimas.

“Cadê a fábrica de calcinhas?”, questiona Conceição em tom de deboche. A religiosa assegura que o programa “Abrace o Marajó”, propagandeado pela então ministra, nunca chegou ao município de pouco mais de 27 mil habitantes, que so-

---

**Há tempos, moradores do arquipélago cobram uma política pública séria para proteger as crianças e adolescentes**

fre com a falta de delegacia especializada, de hospitais equipados para fazer exames sexológicos e de estrutura adequada para o Conselho Tutelar. “As crianças ficam muito soltas. As famílias são desestruturadas e a pobreza é imensa”, lamenta. Por lá, é comum ver adolescentes grávidas, que acabam ficando sob os cuidados da avó, as principais chefes de família na região. “Mas a avó precisa sair para trabalhar e deixa a criança sozinha, ou sob os cuidados de alguma outra mais velha. Isso contribui muito para o cenário de abuso.”

**Não por acaso**, moradores do arquipélago ficaram empolgados com o anúncio de que o governo Lula pretende substituir os devaneios de Damares Alves por uma política pública séria. Lançado pelo novo ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, o programa “Cidadania Marajó” começou a ser implementado no último dia 18. A secretária-executiva da pasta, Rita Oliveira, explica que, de largada, foi instalada uma ouvidoria itinerante, circulando por todos os municípios, para o programa ser construído em sintonia com as necessidades apontadas pela população.

“A partir disso, vamos começar a levar os primeiros serviços e fazer entregas robustas de equipamentos necessários”, promete a secretária. Segundo ela, já está prevista a entrega de lanchas, barcos e carros de tração 4 x 4; além de equipamentos para os centros de escuta protegida, a instalação de Centros de Referência de Direitos Humanos e elaboração de campanhas de comunicação em rádio e tevê. Essas primeiras ações devem ser desenvolvidas com recursos do ministério e do governo do Pará, mas a ideia é ampliar e buscar parcerias também com o setor privado.

Uma comitiva do governo federal identificou que a região também tem sofrido com conflitos fundiários e a expansão irregular do agronegócio. “Com base no que temos até aqui, vamos fazer um diagnós-



**Devaneios.** Para prevenir os abusos, a ex-ministra propôs a instalação de uma fábrica de calcinhas. Uma paupérrima comunidade reivindica o posto de “Veneza Brasileira”



tico intersetorial, portanto, a ideia é abarcar também outros ministérios, como o do Trabalho, o da Fazenda, do Desenvolvimento Social e da Indústria e Comércio, para que possamos pensar num desenvolvimento socioeconômico sustentável, capaz de dialogar com as especificidades do território”, explica Oliveira.

O reforço prometido pela União é bem-vindo. O conselheiro tutelar Dilson de

Souza chegou a abrigar vítimas de abuso sexual em sua própria casa, porque o município não tem estrutura para receber menores que não podem voltar a morar com a família depois de denunciar a violência. “Quase todos os dias eu recebo denúncia de estupro de vulnerável, e grande parte acontece no ambiente doméstico.”

Uma das referências na luta em defesa das crianças e adolescentes é a coordena-

dora da Comissão Justiça e Paz da CNBB no Pará, Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, conhecida na região como Irmã Henriqueta. Há mais de 20 anos ela denuncia a exploração sexual que acontece no arquipélago e avalia que o grave quadro se sustenta em “três pilares”: impunidade, pobreza extrema e abandono social e familiar. Dois dos municípios da Ilha figuram entre as dez cidades com o menor IDH do Brasil, Melgaço e Chavez. “Para combater a violência, de fato, é necessária uma presença forte e constante do Poder Público, não iniciativas isoladas.”

**Também presidente** do Instituto de Direitos Humanos Dom José Luís Azcona, Irmã Henriqueta participou de reuniões com a comitiva do Ministério dos Direitos Humanos para a implementação do novo programa de proteção. “Achei a escuta acolhedora. Não tem como aplicar uma iniciativa aqui de cima para baixo, é preciso ouvir as demandas da comunidade, acho que este é um bom começo.”

A orla dos municípios ribeirinhos é povoada de crianças que saem de casa para tentar voltar com algum sustento. As comidas saborosas e coloridas típicas da região não estão na mesa dos pequenos marajoaras pobres que se alimentam basicamente de açaí, mortadela frita e farinha, quando tem. Diante da dieta escassa, qualquer doce, chocolate ou presente brilha aos olhos. É assim que os aliciadores agem para atrair as crianças.

“Outro dia, as crianças estavam brincando ali fora e vi um senhor de idade oferecendo bombom a elas. De repente, ele pegou uma no colo e tentou beijar na boca. Corri e tirei elas de lá”, conta Kátia Rodrigues, mãe adotiva de uma menina de 6 anos e de outra jovem de 19, que engravidou após sofrer uma série de abusos. “Já se passaram anos e o trauma continua. Mas estamos tentando reescrever a história das nossas filhas com muito amor.” ●

# A história dos vencidos

**CRÔNICA** Procurei um velho amigo na Avenida Paulista e ele não estava mais lá. Registro aqui a sua existência

POR MARIA RITA KEHL\*

**R**ecentemente, fui visitar meu amigo na Avenida Paulista e ele não estava lá. Ninguém, ao redor de seu endereço, sabia seu paradeiro. Tinha desaparecido da minha paisagem tão familiar.

Acontece que seu endereço não era o de um prédio ou de uma loja. Era uma barraca na calçada, dessas que uma ONG teve a excelente ideia de distribuir para moradores de rua. Meu amigo, cujo nome nunca me ocorreu perguntar, não morava só. Como também acontece com moradores de rua, vivia com seus cachorros. Cinco. Só me lembro do nome de uma delas: Vaquinha. Hoje, percebo, consternada, que também nunca perguntei o nome do próprio dono dos cãeszinhos! Quando eu passava por ali, pedia dinheiro apenas para comprar comida para os bichos. Mas, além de ajudá-lo com a ração barata dos seus bichinhos, eu também comprava, no bar atrás de sua barraca, um pastel de carne e um de frango. A exclamação de prazer com que ele recebia o lanche – ôôô dona! – evidenciava que, apesar de pedir ajuda apenas para alimentar seus cachorros, ele também tinha fome.

Na triste ocasião em que não o encontrei, perguntei do seu paradeiro ao dono

do bar. Me disse que a polícia tirou a barraca e levou os cachorros para um abrigo da prefeitura, porque o rapaz os tinha deixado três dias trancados na barraca, sozinhos. Por alguns dias, sumiu.

Não acredito que fosse descaso. Para mim, era óbvio o apego aos cachorros. Pode ter adoecido e ido parar em um hospital público – onde, talvez, tenha ficado alguns dias num corredor à espera de assistência, não por desleixo dos médicos, mas por falta de leitos disponíveis. Pode ter sido preso, por puro preconceito da polícia. Imaginei a desolação de voltar para “casa” e não achar nem a barraca nem sua família canina.

Não subestimemos o apego dos moradores de rua por seus cães. São sua companhia, seus defensores e, nas noites de inverno, também são capazes de aquecê-los. Entendo que seu pedido de ajuda para comprar comida para eles fosse

---

**Não perdoo a insensibilidade, com cheiro de eugenia, do prefeito Ricardo Nunes**

sincero, não apenas um truque para pedir esmolas. “O estômago roncava, mas não deixou de dividir o pastel com aquele cachorro que era a desgraça de sua vida”, diz um lambe-lambe fixado em um poste da Vila Madalena. Assim é.

Tomei um táxi e passei bem devagar, na ida e na volta, debaixo do viaduto que liga a Doutor Arnaldo à Paulista. As calçadas ali estão todas ocupadas pelos moradores de rua que se protegem do frio e da chuva. Ele não estava lá. Fiquei triste como se tivesse perdido contato com um parente próximo, com um velho amigo.

Faz pouco soube que o desmonte das barracas dos moradores de rua tornou-se uma política oficial imposta pelo prefeito-cozinha Ricardo Nunes. Uma crueldade gratuita. Que mal fazem eles? Os moradores de rua não são bandidos. Por que o prefeito filiado ao MDB optou por uma “limpeza étnica” na cidade?

**Étnica, sim, pois** a maioria dos muito pobres costuma ser de negros, descendentes dos escravos que, no Brasil, foram jogados nas ruas sem nenhum recurso para refazer suas vidas, depois da abolição.

Os Estados Unidos têm uma considerável parcela da população composta de negros de classe média – um deles chegou a presidente da república – por conta da política que, em alguns estados do Sul, concedeu um pedaço de terra e um animal de tração para as famílias libertas. Aqui, foram simplesmente jogados nas ruas. O senhor de escravos que mantinha, sob uma dieta de fome, cem africanos trabalhando para ele sob açoite, ao ser obrigado a contratá-los escolheu os mais fortes e despejou o “resto” na rua. Não por acaso, a maior parte da população pobre é composta de descendentes de africanos. Não são vagabundos. São os órfãos da abolição.

Volto ao prefeito. Será que pensa que roubando – esse é o termo – as barracas



legitimamente concedidas aos moradores de rua, eles desaparecerão das calçadas? Para onde iriam? Continuarão nas calçadas, evidentemente. Só que com frio. Debaixo da chuva, que, quando vem forte, não tem marquise que proteja.

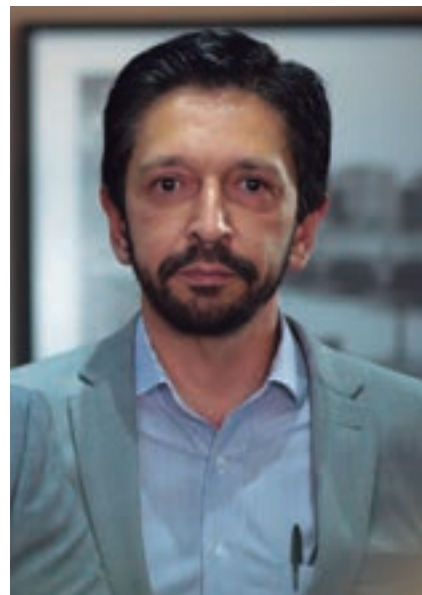
**Por que me valho** deste espaço para contar a história de um morador de rua anônimo? Bem, como escreveu o filósofo judeu-alemão Walter Benjamin em suas *Teses Sobre o Conceito de História*, a história oficial refere-se, invariavelmente, aos fatos e bravuras cometidos pelos vencedores. Os reis, os vencedores de batalhas, os heróis. É com estes que os historiadores, que ele chama de “historicistas”, se identificam. “Os que num dado momento dominam”, escreveu, “são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia, sempre, portanto,

esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão.”

Quem contaria a história dos vencidos? É necessário contar a história deles, pois a dos vencedores está nos livros, nas teses, nas homenagens, nas salas de aula. Se meu amigo sumiu – talvez eu nunca mais o veja –, que ao menos sua existência anônima fique registrada aqui. Uma vida anônima e injustiçada. Imagino como estará triste longe de seus cachorros. Imagino como os cãesinhos estarão tristes longe dele. E não perdoo, como espero que os leitores desta coluna também não perdoem, a insensibilidade “limpinha”, cheirando a eugenia, do prefeito Ricardo Nunes. •

*\*Psicanalista, ensaísta e crítica literária.*

**Aporofobia.** O prefeito Nunes promove uma “limpeza étnica” em São Paulo. Roubar barracas não vai resolver



# Os cowboys reagem

**DISPUTA** Os ruralistas unem-se pelo “marco temporal” na demarcação de terras e por uma ferrovia em área indígena

POR ANDRÉ BARROCAL

O agronegócio é uma máquina de fazer dinheiro. No ano passado, garantiu 69 bilhões de dólares de saldo comercial ao País. De cada 4 reais em riquezas produzidas pela economia, 1 real sai do campo. É o lado reluzente da história. Há outro. Do 1,9 milhão de contribuintes do Imposto Territorial Rural, o ITR, que é o IPTU do campo, cada um desembolsou, em 2022, em média, míseros 1.358 reais pelos grandes nacos de Brasil que dominam. A força da agropecuária não chega à enxada. Dos 97 milhões de trabalhadores, só 8% estão no setor. Que paga os piores salários: 1,8 mil reais em média, mil reais abaixo da média geral dos demais segmentos. E há fazendeiros que nem isso pagam, vide as rotineiras descobertas de camponeses submetidos a condições análogas à escravidão.

Os ruralistas não estão, porém, satisfeitos com essa exploração digna das capitais hereditárias. Querem frear a reivindicação de terra por indígenas. O Supremo Tribunal Federal marcou para 7 de junho o julgamento de um processo capaz de realizar, ou de matar, esse sonho. Uma semana antes, o STF oferecerá um aperitivo sobre de que lado ficará entre o agronegócio e as causas indígenas, ao decidir sobre uma ação a respeito de uma ferrovia, a

Ferrogrão, planejada para passar em um parque nacional no Pará, o Jamanxim. E o que fez a bancada ruralista no Congresso, diante dos passos da Corte a respeito do chamado “marco temporal”? Saca do colдре uma lei para neutralizar o julgamento.

“Marco temporal” é uma tese inventada por fazendeiros e seus juristas, segundo a qual, para reivindicar uma área, os indígenas deveriam provar que a ocupavam em outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A tese chegou ao Supremo em 2016, em consequência de uma queda de braço entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina, o IMA. Em 2009, o IMA foi à Justiça com um pedido de reintegração de posse contra integrantes da etnia Xokleng que haviam ocupado parte de uma reserva ambiental estadual, a Sassafrás. A Funai

**Para neutralizar o STF, a Câmara aprovou a urgência do projeto que dificulta a delimitação de territórios**



saiu em defesa dos ocupantes. Foi derrotada na primeira e na segunda instância judicial e recorreu ao Supremo.

Em 2019, o STF decidiu que o julgamento balizará todas as disputas do gênero no País, não ficará restrito ao caso de Santa Catarina. No último dia 9 de maio, a presidente do tribunal, Rosa Weber, marcou a data para o plenário apreciar a causa: 7 de junho. Uma retomada, na verdade. O início deu-se em 2021. Naquele momento, o relator, Edson Fachin, votou a favor da Funai, dos Xokleng e contra o “marco temporal”. Em seguida, Kassio Nunes Marques, um dos dois indicados de Jair Bolsonaro para a Corte, fez o oposto. A deliberação foi suspensa a pedido de Alexandre de Moraes, que queria tempo para pensar. O Supremo prepara-se para muita pressão indígena do lado de fora do



prédio. Nos últimos dias, a segurança do tribunal reuniu-se com a PM e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. A tendência é de que a Praça dos Três Poderes esteja fechada ao público no dia.

Uma amostra do estado de ânimo em torno do tema foi vista na quarta-feira 24. Os deputados carimbaram como “urgente” uma lei escrita pela bancada ruralista para legalizar o “marco temporal”. Com essa lei, a ser votada a qualquer momento na Câmara, tentará neutralizar o julgamento do Supremo. “A caneta tem assassinado o nosso direito”, afirmou a deputada indígena Célia Xakriabá, do PSOL mineiro, durante a sessão (*leia coluna à pág. 31*). “É um projeto anticolonialismo de Brasil.” Juliana Cardoso, do PT paulista, emendou: “Assassinos do nosso povo indígena. Vocês são assassinos do



**Resposta.** As etnias pressionam o STF para rejeitar a tese do “marco temporal”, ideia tirada da gaveta pela bancada ruralista e posta a tramitar em regime de urgência

nosso povo”. “Assassina é tu, imbecil”, retrucou Alceu Moreira, do MDB gaúcho.

O projeto “urgente” foi apresentado em 2007 por um deputado de Mato Grosso, Homero Pereira, que foi vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária. Morto em 2013, Pereira propunha que a demarcação se desse por lei, ou seja, via Congresso, não por decreto presidencial, como hoje. O projeto mudou em 2021, quando o Supremo começou a examinar o caso de Santa Catarina. A bancada ruralista desistiu de invocar as análises para o Parlamento. Optou por botar na legislação a ideia de “marco temporal” e impor a necessidade de indenizar os ocupantes de uma terra declarada como indígena. A indenização está prevista no artigo 231 da Constituição, para o caso de despesas feitas “de boa-fé” pelos ocupantes. Ao impor um custo, os ruralistas sabem que ficará mais difícil demarcar.

**A feição atual do projeto** coube ao deputado Arthur Maia, do União Brasil da Bahia. Ele é um dos 81 congressistas ruralistas, senadores incluídos, conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. A Frente Parlamentar da Agropecuária é ainda maior: 347 dos 513 parlamentares. Não por acaso, o carimbo de “urgente” no projeto foi aprovado com folga na Câmara: 324 a 131 votos. Entre

os 2,5 milhões de reais em bens declarados à Justiça Eleitoral em 2022, Maia tinha 200 mil em cavalos, 280 mil em vacas, além de terras e firmas agrícolas.

Lira, o presidente da Câmara, é outro ruralista. No patrimônio de 5,9 milhões de reais declarado, havia fazendas e uma empresa agropecuária. Em reunião com alguns deputados e assessores antes da sessão que aprovou a urgência no projeto, Lira disse tratar-se de um sinal ao STF de que os ruralistas não vão assistir inertes ao julgamento a caminho. Foi ainda mais explícito, conforme uma testemunha, ao comentar a desconfiguração do desenho proposto por Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro para a Esplanada dos Ministérios. Por esse desenho, o Ministério dos Povos Indígenas teria a penúltima palavra, aquela antes do decreto presidencial, sobre demarcação. O Congresso quer tirar essa atribuição da pasta e entregá-la à da Justiça. E busca esvaziar o Ministério do Meio Ambiente, ao retirar do seu âmbito o controle do Cadastro Ambiental Rural e da política de recursos hídricos. Mudanças, comentou Lira, para mostrar quem manda.

Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, manifestou publicamente decepção com Lula diante do que considera inércia do governo em relação ao possível esvaziamento de sua pasta (esvazia-

mento que será confirmado ou não em breve, quando da votação de uma Medida Provisória). Sobre o “marco temporal”, a ministra havia feito um apelo ao STF, em 10 de maio, no Senado: “Quantas teses jurídicas inconstitucionais o Supremo Tribunal Federal precisará rechaçar para que a sociedade brasileira entenda que o direito dos povos indígenas não começa em 1988, é um direito originário?”

**A volta da demarcação**, inexistente no governo Bolsonaro, foi compromisso eleitoral de Lula. E tem apelo internacional. Criar reserva indígena não é só um ato de justiça histórica, inclui razões ambientais, como declarou o presidente ao se despedir de uma reunião do G-7, no Japão, em 21 de maio. “Os indígenas podem ser efetivamente os grandes guardiões da floresta.” Um estudo de 2022 do Mapbiomas, rede de ONGs e pesquisadores, quantificou: 20% da vegetação nativa brasileira está em terras indígenas e só 1% do desmatamento nacional acumulado de 1985 a 2020 ocorreu nelas.

Em abril, Lula assinou seis decretos de demarcação, ao participar de um ato indígena em Brasília, o Acampamento Ter-

## O governo Temer atropelou a Constituição para colocar em marcha o projeto da Ferrogrão

ra Livre. Havia herdado o governo com 14 áreas à espera de aval. Segundo fontes da Funai, há 12 portarias declaratórias de terras indígenas (aquela penúltima etapa, hoje a cargo do Ministério dos Povos Indígenas) à espera de assinatura, 120 grupos técnicos a estudar reivindicações apresentadas por indígenas e mais de 400 outras reivindicações na fila. No limite, poderiam ser criadas mais 540 reservas. Aquelas existentes ocupam 13,8% do País, segundo o Mapbiomas. Não é difícil entender a tensão entre indígenas, população de 1,6 milhão de indivíduos, conforme o Censo de 2022 do IBGE, e os ruralistas.

Também em abril, a Funai finalizou o primeiro relatório, no governo Lula, sobre uma reivindicação de terra e a conclusão é a favor da demarcação. É um caso na

cidade de Itaituba, no Pará, a envolver a etnia Munduruku. Uma região e um povo metidos em outro conflito a desaguar no Supremo. O tribunal marcou para 31 de maio o julgamento de uma ação movida em 2020 pelo PSOL contra a construção de uma ferrovia, batizada de Ferrogrão. A obra foi idealizada por cinco *tradings* (quatro estrangeiras), companhias gigantes que dominam o comércio mundial de soja e outros grãos. Ela tem cerca de 930 quilômetros e liga Sinop, em Mato Grosso, a Itaituba. Seu custo é estimado em 9 bilhões de reais. O objetivo das *tradings* é fugir dos portos do Sul do País e exportar a partir do Pará, mas os trilhos atravessariam o Parque Jamanxim. A construção da ferrovia também ameaça os Mundurukus que vivem no entorno.

Para o projeto ir adiante, o governo Temer violou a Constituição e baixou uma Medida Provisória em 2016 que excluía do parque a área necessária à Ferrogrão. Contra essa violação, o PSOL recorreu ao Supremo. Em março de 2021, Moraes deu uma liminar a favor da ação e paralisou o trâmite da obra.

O ato impugnado não é o único problema. O governo jamais fez consulta prévia sobre a Ferrogrão aos povos indígenas impactados pelo projeto, medida exigida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. Em março deste ano, a ativista ambiental sueca Greta Thunberg foi presa na Noruega por participar de um protesto contra o governo local por este ter desobedecido a uma decisão da Suprema Corte local exatamente sobre a inexistência de consulta prévia a um povo indígena, os Sami, antes da instalação de um parque eólico na região habitada por essa etnia. Aqui, a ministra Sônia Guajajara pediu à Advocacia-Geral da União para rever a posição do governo sobre a Ferrogrão no Supremo. A AGU de Bolsonaro era a favor. E a de Lula? Fará o que neste caso e em relação ao “marco temporal”? A tendência é ficar do lado dos indígenas. •



**Santuário ameaçado.** A ferrovia vai cruzar o Parque Jamanxim, no Pará



# Genocídio legislado

► **Precisamos dizer não à tese do marco temporal, a ameaçar a sobrevivência dos povos indígenas e a preservação da natureza**

No chão da luta, lado a lado com o movimento indígena, barramos a PEC 215, marchamos diversas vezes pela esplanada e sempre ecoamos com nossos maracás a urgência pela demarcação de nossos territórios. A maior ameaça até agora para a garantia de nossas terras, para a manutenção da vida e dos biomas, é a tese do marco temporal, que tenta reduzir o direito à demarcação apenas aos territórios ocupados pelos povos indígenas até a Constituição de 1988. Um absurdo, a violar o nosso direito originário às terras, a manutenção da nossa cultura e a garantia de nossa existência.

Mais uma vez ele será pautado no Supremo Tribunal Federal, que tem a competência para decidir sobre o tema. Nossa posição é clara: marco temporal, não! E, como sempre, estaremos mais uma vez em marcha e em luta contra uma decisão que ameaça até mesmo a vida na Terra. Para além do esforço dos povos indígenas, é preciso sensibilizar toda a sociedade sobre a importância de dizer não ao marco temporal. Quando preservamos nossos biomas, estamos garantindo um futuro para todos e todas.

É momento também de fazer essa disputa na institucionalidade, uma vez que a bancada ruralista na Câmara dos Deputados pretende levar adiante um projeto de

2007 que tenta transformar em lei o marco temporal antes de o STF analisar o tema. Uma clara tentativa de retirar a competência do Judiciário e provocar o que tenho chamado de genocídio legislado. O PL 490/07 não é pauta recente, mas na última semana houve um pedido de urgência para que ele seja levado ao plenário e apreciado.

O projeto é claramente inconstitucional, por violar os direitos dos povos originários. Trata-se de uma iniciativa que permite a retomada de “reservas indígenas” pela União, que usa critérios completamente subjetivos e coloca em risco ao menos 60 territórios. Falamos aqui de cerca de 70 mil pessoas e de uma área total de 396,3 mil hectares.

**Além disso, permite** a implantação de mineração e de outros grandes empreendimentos em terras indígenas, ignorando completamente o nosso direito à consulta livre, prévia, informada e consultiva. Direito esse garantido por legislação internacional, especificamente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT. Ainda mais grave é a possibilidade de aprovar uma lei que legaliza os garimpos ilegais nas terras indígenas e abre brechas para destruir a política de “não contato” com povos isolados. A justificativa, neste caso, é que o contato pode ser feito com a finalidade de “interesse público”. Pergunto-me, então, qual seria esse interesse público com as tribos isoladas?

Todo território indígena que conheço no Brasil só foi demarcado depois da morte de alguma liderança. Vocês sabem o que é isso? Os povos indígenas são os únicos que têm de pagar por seus direitos, e o preço é o nosso sangue. A comoção nacional que teve o caso da crise no povo Yanomâmi durou mesmo muito pou-

co, foi só de fachada, porque, agora, poucos meses depois, vejo os representantes do povo brasileiro tentando continuar o genocídio. O PL 490 é premiar os estupros das meninas Yanomâmi. O PL 490 é parabenizar os ladrões de terra. O PL 490 é dizer que os povos indígenas assassinados em conflitos fundiários morreram em vão e o Estado perdoa seus assassinos.

Assassino não é só aquele que dispara uma arma de fogo. Sofisticaram as armas, mas a intenção de matar continua a mesma desde 1500. Vejo, hoje, muitos parentes sentirem medo da caneta do mesmo jeito que têm das balas, porque sabem que, aqui dentro desta casa, a caneta também é uma arma de fogo que assina morte.

Exterminar o direito dos povos originários é exterminar o seu próprio futuro. Enquanto houver povos indígenas, enquanto houver a voz de uma mulher indígena dentro do Congresso Nacional, ouçam o grito de socorro da mãe natureza. Ouçam antes que ela se cale, aí começarão os nossos gritos de dor. Não deixem que seja tarde demais. Reflorestem suas mentes e seus corações. O futuro é agora, sem demarcação não há democracia. Sem demarcação não há futuro!

Muitos de vocês dizem que somos atrasados, mas atrasado, para mim, é um país que demorou 500 anos para eleger indígenas para o Congresso, que levou 523 anos para ter uma mulher indígena presidindo uma comissão, 523 anos para ter um Ministério dos Povos Indígenas e uma mulher indígena à frente da Funai. Atrasado é o país que quer votar retrocessos e implementar um projeto programado de ecocídio.

O PL 490, para nós, povos indígenas, é um projeto anticivilizatório. •

[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)

# Não era só por 20 centavos?

**CIDADES** Dez anos depois das jornadas de junho de 2013, os avanços e desafios da tarifa zero nos transportes

POR PAOLO COLOSSO, ÍSIS DETOMI E GABRIELA MALLMANN\*

**P**assados dez anos, as jornadas de junho de 2013 seguem a ser um dos fenômenos mais marcantes – e disputados – da década. Nos termos de Rodrigo Nunes em *Do Transe ao Caos*, foi um trauma coletivo, série de nós a serem desatados. Muitos ainda veem naqueles dias convulsivos a abertura da Caixa de Pandora que levou à gestão Bolsonaro, o poço mais fundo do País desde o fim da ditadura. Há outros que veem ali a entrada em cena de uma nova geração de personagens do campo transformador, uma nova esquerda. Há também os pragmáticos, que simplesmente desistiram de dar conta da complexidade do evento, mas extraem dele seus potenciais.

Os últimos anos nos deixaram ver que junho não pode ter levado *tout court* ao bolsonarismo, porque este remonta às feridas mal curadas da ditadura. A sanha autoritária tem resquícios do escravismo de séculos. Como lembra Camila Rocha em *Menos Marx, Mais Mises – O Liberalismo e a Nova Direita no Brasil*, o bolsonarismo também é fruto de outro fenômeno, uma nova direita desavergonhada que se organizava em redes descentralizadas desde o início dos anos 2000. Sem

nos alongar, o Brasil profundo esperava há muito dar feições aos anseios regressivos dos quais o capitão é síntese. Isso não significa negar que a indignação difusa, sobretudo no que ficou conhecida como a terceira fase dos protestos, foi condição fundamental para uma direita reativada e mais massiva, com novos pontos de apoio e novo repertório de ação.

Acerca da leitura segundo a qual em junho se formou uma nova esquerda, esta é acertada na medida em que insere o fenômeno na chave do que David Harvey denominou “cidades rebeldes”, o ciclo de lutas deflagrado em 2011 nas praças de todo o mundo, de onde saíram forças importantes como o Podemos espanhol, o Siryza grego e a França Insubmissa. Mas é fato também que as forças mais projetadas posteriormente, como o MTST, em 2013 detinham um cinturão de lutas consolidado em periferias de São Paulo

---

**De utópica, a medida passou a ser adotada em várias cidades, por prefeitos de diferentes espectros**

e sua nacionalização ocorreria, de todo modo, por outros fatores. O próprio Movimento Passe Livre tivera vitórias importantes em Salvador e Florianópolis anos antes. Os movimentos de juventude vinham em crescente desde a mudança no perfil das universidades, em meados dos anos 2000.

Este texto é pragmático no sentido de não buscar resolver a complexidade do fenômeno, mas avaliar seus desdobramentos e potenciais, com atenção à pauta central da tarifa zero. Não sem antes defendermos que, desde a explosão de junho até a atualidade, há certo déficit explicativo das análises políticas: a persistente incompreensão das contradições específicas da produção do espaço, um significativo desinteresse pelas cidades e o poder local.

**Acerca dos antecedentes** de junho, dentre as poucas análises que conseguiam transitar em escalas – entre o fenômeno urbano e a conjuntura nacional –, foi o artigo “É a questão urbana, estúpido”, de Ermínia Maricato. Neste, a urbanista atentava para o fato de que o crescimento econômico distributivo não foi suficiente para mitigar a espoliação urbana e a periferização. Nas grandes cidades, os mercados aquecidos, alavancados pela liberação de grandes somas via política habitacional contracíclica, levaram a um *boom* imobiliário inédito e ao aumento significativo no custo de vida. A alta no aluguel se dava muito acima da valorização de salários. No caso do valor de compra, a alta era mais que o dobro da inflação em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte.

Em 2023, um ponto fundamental a ser incluído em qualquer balanço sobre junho é o seguinte: a tarifa zero deixou de ser o ponto utópico e irrealizável para figurar como um fator não só perfeitamente passível de ser implementado, mas estruturan-



Um movimento controverso

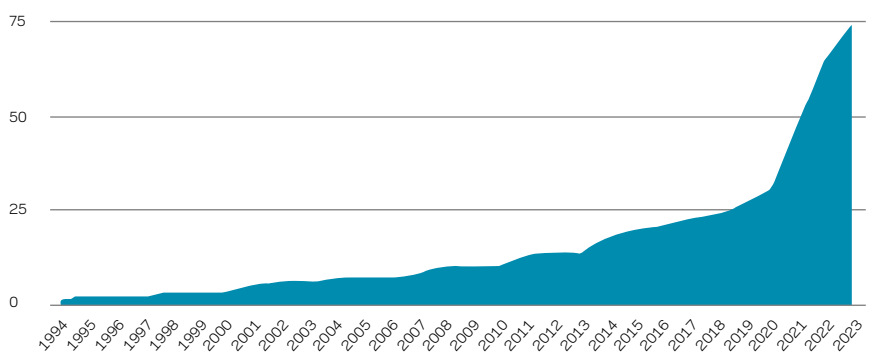
te e matricial ao avanço de outras pautas.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o de que, nos últimos dez anos, houve um aumento expressivo do número de prefeituras, em todas as regiões do País, que implementaram a tarifa zero. Até junho de 2013, eram 15 cidades. Atualmente são 74 municípios, totalizando 3,8 milhões de habitantes beneficiados.

Nas grandes cidades os desafios são maiores. Em Volta Redonda (RJ), há um ônibus elétrico circulando com tarifa zero. A maranhense São Luís avançou por meio do projeto piloto “Expresso do Trabalhador”, para profissionais do comércio após as 9 da noite e áreas específicas da cidade.

## TARIFA ZERO, DE UTOPIA A POLÍTICA PÚBLICA

Total de cidades que adotaram a gratuidade no transporte



Fonte: Dados públicos organizados por Paolo Colosso



Interessante perceber como a tarifa zero foi politicamente ressignificada. Se há dez anos ela representava o elemento mais utópico – e considerado irrealizável – de junho de 2013, os últimos anos têm mostrado não apenas que é viável, mas considerada capital político para governantes de todos os espectros. Na fluminense Maricá, a medida foi adotada em 2014 pelo PT. Na paulista Assis, onde houve tarifa zero apenas durante a pandemia, e na gaúcha Parobé, foram prefeitos do PDT. Em Ibaiti (PR) e em Silva Jardim (RJ) foi implementada por prefeitos do Republicanos. Pragmáticos das mais diversas posições têm se aproximado no seguinte: a mobilidade é uma política matricial, fator gerador de outras diversas garantias e oportunidades. Nos termos do especialista Daniel Santini, trata-se de uma “tecnologia social”.

Houve aumento expressivo da implementação da tarifa zero nos últimos anos, não somente porque se elevou a consciência pública sobre o direito à ci-

## A tarifa zero tem efeitos multiplicadores na economia dos municípios

dade. Outra mudança ainda mais substancial na curva da implementação deu-se ao longo da pandemia, pois no período de isolamento o uso do transporte diminuiu muito, o pagamento por passageiro, sistema tarifário mais usual, passou a ser deficitário e os empresários do setor buscaram sensibilizar prefeitos, que logo passaram a achar outras saídas.

Em Vargem Grande Paulista, as empresas locais isentam-se de pagar vale-transporte a seus funcionários e transferem tais recursos para um fundo de mobilidade da prefeitura. Em Maricá, que aplicou a medida no pós-junho, os recursos vêm de *royalties* do petróleo. Em Cau-

caia, segunda maior cidade do Ceará, o programa “Bora de Graça” utiliza 3% dos recursos do orçamento regular da prefeitura e há estudos para estender a medida para cidades da região metropolitana.

Seja por boa vontade política, oportunismo ou só arranjo com setores empresariais, o fato é que a tarifa zero saiu da zona das utopias e ganhou o território do pragmatismo justificado.

**Alguns benefícios** são bastante conhecidos e esperados. Garantir mobilidade aumenta o uso do transporte coletivo. Em Caucaia, a demanda passou de cerca de 500 mil passageiros para mais de 2 milhões mensais. Com isso, há melhoria nas condições de tráfego, desafogando congestionamentos, redução considerável na emissão de poluentes e, ainda, em acidentes diários. Em suma, é um elemento estruturante para a superação do rodoviarismo e para a transição energética.

O mais interessante é perceber que, longe de ser uma medida custosa sem



Na fluminense Maricá, a tarifa zero é política consolidada. Em São Luís do Maranhão, a prefeitura testa o sistema

retorno (como costumam ser interpretadas as utopias), a tarifa zero tem efeitos multiplicadores diversos na economia local: primeiro, porque representa uma redução significativa no custo de vida das famílias. O Mapa da Desigualdade 2022, realizado pela Rede Nossa São Paulo, mostra que o transporte está entre os itens de maior impacto nos orçamentos familiares, atrás somente de habitação, na frente até da alimentação. Segundo, porque garantir o acesso livre à cidade tem efeitos positivos para o consumo no comércio e nos serviços locais. Esta pode ser uma saída promissora para a reabilitação de áreas centrais, talvez mais eficiente do que as conhecidas e discutíveis políticas de embelezamento e “revitalização”.

Outro impacto fundamental é na participação política e pode ser percebido nas eleições presidenciais de 2022. No primeiro turno, foram 136 municípios, um estado e cerca de 40 milhões de beneficiados. No segundo turno, ao

menos 393 cidades e oito estados aboliram as cobranças no transporte municipal e intermunicipal, beneficiando mais de 100 milhões de usuários. Porto Alegre foi uma das cidades que aderiram ao passe livre apenas no domingo do segundo turno. No primeiro turno foram em torno de 5,6 mil viagens e 303 mil passageiros transportados. Para o segundo, foram, aproximadamente, 6 mil viagens, com estimativa de transportar 360 mil indivíduos, mas capacidade para 500 mil. Comparado a um domingo típico, o incremento representou cerca de 50%. Na Grande Recife, a demanda aumentou 115% em relação aos domingos comuns e 59% na comparação com o primeiro turno. Em Belo Horizonte, o aumento foi de 60% e 23% nas mesmas bases de comparação, conforme balanços divulgados à época.

É fato, trata-se de uma pauta que tem futuro, as construções continuam. Nos debates da equipe de transição de Lula apareceu a ideia de um “SUS da

mobilidade”. Luiza Erundina coleta assinaturas para apresentar a PEC da Tarifa Zero. Aparecem formulações cada vez mais transversais: coalizão triplo zero – zero tarifa, zero poluentes, zero mortes no trânsito.

O fenômeno junho, certamente, ainda renderá muitos debates, nosso papel aqui foi tão somente desfazer algumas leituras caricatas. A tarifa zero deixou de ser o ponto mais utópico de junho para se tornar uma política matricial e estruturante de outros direitos. Torna-se mais claro que a mobilidade urbana é condição necessária da mobilidade social, ou mais, da ampliação democrática. A mobilidade urbana garante melhorias diversas nas condições de vida cotidiana, pode diminuir os abismos entre o centro e a periferia.

**Chega a ser óbvio:** serviços públicos não ocorrem num etéreo de abstração, mas num espaço urbano em que suas sedes se inscrevem. O mesmo para a participação em processos decisórios ou ainda para o gozo do tempo livre. Todo bem-estar social está ancorado na capacidade de acessar os espaços e participar dos lugares onde tais atividades se desenvolvem. Se pensarmos nas populações cujas espoliações se sobrepõem – pensemos numa mulher negra periférica, subempregada e mãe –, a política de mobilidade universal chega a contribuir como reparação histórica. Na expressão de Lúcio Gregori, a tarifa zero está entre as pautas que baralham reforma e revolução. As análises políticas precisam chegar nessa escala do espaço urbano vivido. •

*\*Paolo Colosso é urbanista e filósofo, professor na Universidade Federal de Santa Catarina; Ísis Detomi é arquiteta e urbanista, tem especialização em Mobilidade e Cidade Contemporânea; Gabriela Mallmann é arquiteta e urbanista pela UFSC.*



# A furada do Amapá

**ENERGIA** A Petrobras possui áreas iguais ou melhores que a vetada pelo Ibama para explorar, aponta geólogo

POR CARLOS DRUMMOND



**A** área que a Petrobras planeja explorar no Amapá, na margem equatorial do Rio Amazonas, não é boa.

A empresa tem áreas melhores no litoral do Nordeste, alerta o geólogo Luciano Seixas Chagas, aposentado da estatal, consultor e sócio-fundador da Quartzol Consultoria em Exploração de Petróleo. O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, indeferiu a licença solicitada pela Petrobras para perfuração no bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, após o oferecimento de “todas as oportunidades à Petrobras para sanar pontos críticos de seu projeto, que ainda apresenta inconsistências preocupantes para a operação segura em nova fronteira exploratória de alta vulnerabilidade socioambiental”. O presidente Lula não descartou a exploração no local, mas apoiou o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente na exigência de maiores estudos por parte da Petrobras, e disse que, se houver risco para o bioma amazônico, não autorizará o projeto.

A ânsia de explorar petróleo no local deve-se, ao que tudo indica, à superprodução do Suriname no curto prazo, que levou a supor a possibilidade de obter resultado semelhante no Amapá. Não é possível saber com certeza sem perfuração de poço, devido às diferenças geológicas entre ambas, explica Chagas, que trabalhou por 31 anos na Petrobras e participou do mapeamento do pré-sal em mais de 50 negócios.

O próprio presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, subentende aceitar como válida a analogia imprópria entre o potencial no Amapá e a superprodução no Suriname, ao dizer que, com o veto do Ibama, a empresa perde “uma chance de ouro”. No sábado 20, em um tom que pode ser interpretado como de ameaça, Prates afirmou que a empresa considera investir na exploração de áreas da mar-

## Para saber se a região é tão produtiva quanto no Suriname, é preciso perfurar o poço

gem equatorial que pertencem à Guiana e ao Suriname. A possibilidade de perder investimentos no Amapá mobilizou políticos e contribuiu para a saída do senador Randolfe Rodrigues da Rede, partido ao qual estava filiado desde 2015. Trata-se da mesma legenda da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que na terça-feira 23 reafirmou que o veto do Ibama precisa ser respeitado.

“Na margem equatorial, na costa do



**Dúvida.** Será que o presidente da estatal, Jean Paul Prates, foi induzido ao erro?

Amapá, que não é na Foz do Amazonas, não existe óleo descoberto. O ambiente geológico difere do das Guianas e do Suriname. O óleo de lá é sísmico e, portanto, virtual, que precisa ser aferido com um poço. Não houve, porém, quaisquer problemas ambientais em mais de cem poços da área”, sublinha Chagas.

Na terminologia específica da geologia, a área barrada pelo Ibama situa-se no *rifte* (intervalo entre placas tectônicas) denominado Albiano, localizado em águas ultraprofundas, que vai do Suriname até o litoral Sul da América do Sul. A rocha geradora, complementa Chagas, são folhelhos do cretáceo superior de idade turo-niana, em todas as bacias. “Há descobertas nesse tipo de *play*, ou oportunidade exploratória, no Suriname, em Sergipe, no Espírito Santo e em Campos, iguais ou melhores”, sublinha o consultor. “Na margem leste, entre Sergipe e Espírito Santo, há excelentes oportunidades exploratórias, e o mesmo ocorre na Bahia, nas bacias de Jacuípe, Camamu-Almada, Jequitinhonha e Cumuruxatiba.”

**“No Amapá há uma condição geológica diferente do Suriname, mas foram identificadas oportunidades exploratórias. Existem, contudo, oportunidades de exploração iguais ou melhores do que as do Amapá na bacia Pará-Maranhão, cheia de *plays* mapeados, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, todas em águas ultraprofundas”, reforça o geólogo.**

Eleger a margem equatorial em região sensível, inclusive sob o olhar internacional cada vez mais atento em relação à situação da Amazônia, devastada no governo anterior, quando há oportunidades iguais ou melhores em cinco estados nordestinos já é chocante, mas o que dizer de insistir naquela área quando há também, segundo Chagas, descobertas provadas, portanto, com garantia de obtenção de petróleo, que deveriam

ser de exploração prioritária para a empresa, no estado de Sergipe? O geólogo acrescenta que a Foz do Amazonas, por ter carga sedimentar grande, não é favorável à ocorrência de petróleo, mas o Amapá tem condições diferentes.

Enquanto a ênfase da Petrobras em relação à discutível “mina de ouro” do Amapá parece pouco alicerçada no seu próprio contexto de possibilidades exploratórias e não conta, segundo o Ibama, com estudos técnicos suficientes, outra decisão da companhia, tomada uma semana antes, recebeu apoio generalizado da população. Trata-se da adoção de uma nova política de preços de derivados, que continuará a levar em conta a cotação externa e a variação do dólar, mas, ao contrário do Preço de Paridade de Importação instituído pelo ex-presidente Pedro Parente, no governo Michel Temer, estas variáveis não serão as únicas seguidas, uma vez que a definição dos preços agora terá como principal referência os custos internos de produção.

**A queda de preços** de derivados após o anúncio da nova política deveu-se, em grande medida, ao declínio da cotação internacional do petróleo, mas isso não impediu que, segundo os jornais, Bolsonaro telefonasse ao ex-ministro da Economia Paulo Guedes cobrando por que não conseguiu resultado igual ao obtido pelo atual governo.

A nova política de preços foi saudada pelo economista André Roncaglia, professor da Unifesp, como uma mudança de governança, com o deslocamento do foco na riqueza de curto prazo do acionista, a conhecida farra dos dividendos, para uma orientação de longo prazo no rumo dos investimentos direcionados ao desenvolvimento do setor, alinhando a empresa às tendências globais. Até o momento, a nova política de preços parece ser a derrota mais expressiva, no País, da diretriz universal dominante nos negó-



**Cautela.** Rodrigo Agostinho, o chefe do Ibama, não abre mão do veto ao projeto

cios, de maximização do retorno para os acionistas, de grande importância por se tratar da maior empresa do País, que já representou 20% dos investimentos totais, mas, hoje, devido em parte ao PPI e ao desinvestimento sob Temer e Bolsonaro, perfaz apenas 6%.

“Não fazia sentido utilizar o PPI, que é o preço dos 20% dos combustíveis que são importados, para precificar também os outros 80% que são produzidos no País. Custos como seguro, frete, custos de internalização, eram artificialmente

**A nova política de preços da Petrobras, por outro lado, teve forte apoio popular**

computados na totalidade dos combustíveis que chegavam para a gente na bomba de gasolina”, dispara a economista Juliane Furno, professora da Uerj.

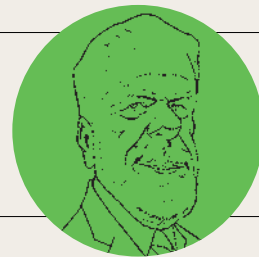
Para o professor Ildo Sauer, coordenador do Centro de Análise, Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Energéticos do Instituto de Energia e Ambiente da USP, a Petrobras fez o que parece estar ao seu alcance para cumprir a promessa do presidente, de abrigar os preços. Agora, falta Lula ir ao Congresso e completar a tarefa, iniciando um processo de abrigamento da riqueza do petróleo e demais recursos minerais. É preciso, enquanto houver acionistas, buscar um novo equilíbrio entre os seus interesses e os do País. A exuberância com que os acionistas foram aquirenhados poderia ir para saúde, educação e previdência públicas, ciência e tecnologia e investimento em fontes renováveis de energia, ressalta Sauer.

Conclui-se que, em duas semanas, a Petrobras esboçou, parte por iniciativa própria, parte contra a vontade, um novo perfil de empresa no terceiro governo Lula, menos submissa à voracidade da financeirização e mais alinhada à necessidade de sustentabilidade ambiental, mas ainda longe do potencial que começou a ser minado quando, no governo FHC, decidiu-se pelo fim do monopólio da empresa no setor de petróleo e a negociação das suas ações nos EUA.

Os avanços indicam a superação, ao menos em parte, da tentativa, iniciada em 2016, de esfacelamento da maior empresa do Brasil para atrelar de modo integral os seus despojos aos interesses dos acionistas, principalmente estrangeiros, que puderam se deleitar, no ano passado, com a maior distribuição de dividendos feita por uma empresa no planeta. A companhia comete, contudo, o pecado capital de manter ações negociadas em Nova York, o que a submete, em grande medida, a interesses estranhos aos do País, alerta Sauer. •

## JAQUES WAGNER

Líder do governo no Senado, foi governador da Bahia e ministro do Trabalho, da Defesa e da Casa Civil



# Em busca de consenso

## ► É possível chegar a um acordo que permita ao Brasil avançar na oferta de saneamento básico para todas as famílias

**Q**uase metade do Brasil não tem coleta nem esgotamento sanitário, e 35 milhões não recebem água tratada nas torneiras. Este cenário, de 2021, pode e deve ser modificado. O Senado tem diante de si esta oportunidade: pavimentar o melhor caminho para que o País cumpra as metas e os prazos estabelecidos pelo Marco Legal do Saneamento, aprovado pelo Congresso em 2020, que prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033.

Estão em debate dois decretos – o 11.466/2023 e o 11.467/2023 – do governo Lula que oferecem soluções práticas para assegurar o avanço desses serviços. Os documentos prorrogam prazos para que estados, municípios e prestadoras se adaptem às regras legais vigentes e flexibilizem as possibilidades de investimentos, garantindo oportunidades para os setores público e privado. Os documentos não mexem no Marco Legal do Saneamento. Em vez disso, alteram dois decretos do governo anterior.

De forma resumida, ao ampliar o prazo que acabaria em março, os atuais decretos permitem que sete estados e 2.454 municípios possam se estruturar e obter acesso a recursos federais para o setor. E, ao flexibilizar as regras, abrem aos entes a possibilidade de escolher a melhor forma de prestação desses serviços: direta, pelas companhias estaduais, ou compartilhada

com outras prefeituras na microrregião. Além disso, acabam com o limite de 25% para a formação de Parcerias Público-Privadas, que tinha sido imposto em 2021. Os decretos do presidente Lula emprestam segurança jurídica a investidores e destravam este importante setor no País.

Desavisados, alguns críticos correram a espalhar que os decretos ora editados alteram pontos do Marco Legal do Saneamento. Repito: não o ferem, tampouco o desvirtuam. Consideram, isto sim, as desigualdades regionais de um país de dimensões continentais. E abrem as portas para que cada prefeitura opte pelo modelo mais adequado às suas necessidades. Tenho repetido nas conversas com meus colegas que temos o dever de encarar esta missão com muita sensibilidade e a disposição necessária para construirmos consensos. O aprimoramento das matérias é uma prerrogativa do Legislativo e o governo Lula tem se mostrado aberto a debater o tema, acolher sugestões e consolidar um novo texto, fruto de acordo com as demais forças políticas.

**Da mesma forma,** tenho reiterado que não se trata de questão ideológica, mas de oferecer aos gestores as melhores ferramentas para destravar um setor essencial para a qualidade de vida das famílias. Hoje, cerca de 20% dos municípios brasileiros, em geral os mais pobres, estão impossibilitados de receber recursos federais, seja por não haver um contrato formalizado do poder municipal com a companhia estadual de saneamento, seja por falta de capacidade econômica da prestadora de serviços.

Num cenário tão complexo e que envolve um tema tão caro a toda sociedade, tenho insistido na necessidade de aprofundarmos este debate. Não é razoável tratarmos um tema como este na base da di-

cotomia: tudo ou nada, público ou privado. Sempre gosto de dizer que, quando a política resolve seguir por esse caminho, o resultado nunca é positivo. Fui governador da Bahia por oito anos e, ao longo desse período, por diversas vezes apostamos em PPP's, não apenas em projetos de saneamento, mas também em hospitais e outros equipamentos de Saúde, construção e manutenção de rodovias e demais serviços públicos essenciais.

Gosto sempre de citar o exemplo do Hospital do Subúrbio, inaugurado em 2010 na Bahia, que foi o primeiro do Brasil a funcionar através de uma Parceria Público-Privada. Com ele recebemos alguns prêmios internacionais, entre os quais o Prêmio Parcerias Emergentes, do Banco Mundial, concedido aos dez melhores projetos de PPP da América Latina e do Caribe. No ano passado, ele foi eleito o quinto melhor hospital público do País, em um ranking que avaliou 136 unidades financiadas pelo Sistema Único de Saúde.

Ferramentas de gestão, como a PPP, existem e devem estar sempre à disposição do bom gestor. Tanto faz se ele é de direita ou de esquerda, desde que prevaleçam o bom senso e o compromisso de cuidar da população. Foi o que falei em duas reuniões recentes que promovi no Senado, uma com líderes da base aliada e outra com os colegas da oposição. Nossa meta é alcançar um objetivo que, acredito, seja comum a todas as forças do Congresso: entregar o melhor serviço com o menor custo para a população.

Com esse horizonte, vamos promover mais audiências públicas, trazer ministros e especialistas e, por fim, chegar a um consenso que permita ao Brasil avançar na oferta de saneamento básico para todas as famílias. •

[sen.jaqueswagner@senado.leg.br](mailto:sen.jaqueswagner@senado.leg.br)

# Delícias tóxicas do monetarismo

**BC** Só os catastrofistas se apavoram, pois nunca houve crise por endividamento de governos em moeda nacional

LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK\*

**E**nfim, Alice descobriu o país das mil maravilhas! Ontem foi declarada a independência do Banco Central, o Império do Dinheiro, localizado no planeta Plutão. O presidente desse Território declarou no Comitê de Política Monetária: “Senhores, este é um momento histórico para todos, a partir de hoje estamos livres das garras, das patas do Leviatã! A moeda é nossa, fim da ingerência da política no Império do Dinheiro”.

No livro *Denationalisation of Money*, Hayek defende: “A abolição do uso exclusivo em cada território nacional da moeda emitida pelo Estado e a admissão de moedas emitidas em pé de igualdade por outros governos... Ao mesmo tempo, é preciso eliminar o monopólio dos governos na oferta de moeda, para permitir o abastecimento do público com a moeda de sua preferência”.

No dia seguinte, os mercados em todo o sistema planetário abriram em euforia, Bolsas para cima, ouro para baixo, juros em queda. Os preços das ações das instituições financeiras foram ao êxtase, afinal o novo país proclamou o fim da regulação do sistema monetário! Alguns economistas austríacos saudosistas foram às lágrimas, o sonho, a utopia de Von Mises e Hayek, o mercado interbancário, pelo

balanceamento das forças de demanda e oferta por moeda privada, define diariamente o preço do dinheiro, a taxa de juros, o Banco Central só referendará!

No fim de seu pronunciamento, o novo presidente arrematou: a partir de amanhã, será cobrado um Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que vai financiar a construção de um muro entre a política monetária e a fiscal; a massa entrou no delírio, nirvana! Fora, Estado intrometido!

**Depois de quase** um século de conflitos, ideológicos, doutrinários, metodológicos e linguísticos, a separação total, entre o lado real e monetário da economia! O sonho não acabou, o monetarismo venceu!

Algum tempo depois, a euforia deu lugar à melancolia e à depressão. Os agentes econômicos ditos “racionais” voltaram às velhas práticas, como o escambo e os pagamentos à vista. O sistema financeiro estava à beira da falência, ninguém

**“Fariálimers”:  
endividamento  
excessivo requer  
manter Selic e há risco  
de fuga para o dólar**



tinha a menor ideia de qual taxa de juros deveria ser cobrada nas operações de crédito. As lojas suspenderam o crédito ao consumidor. A flutuação diária da taxa de juros do interbancário eles deixaram no escuro, sem referência. Os templários da ortodoxia econômica reclamaram, mas isso não é racional!

O mercado, que nas horas de crise é mais pragmático do que doutrinário, conclamou todos a fazer uma passeata pela volta da autoridade monetária como regulador da oferta de moeda e, pasmem, pelo retorno da política monetária. Opere a curva de juros e fixe a referência do preço do dinheiro, no curto e no longo prazo! Mas alguém lembrou: e o muro? Afinal, para controlar e fixar a taxa de ju-



A dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis, a agiotagem, em resumo, o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia

ta os balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheiro e do dinheirinho. Ecoa a pergunta: quem vai pagar a dívida?

Não deveria repetir o que foi dito aqui: os estudos sobre as relações entre crescimento da dívida privada e da dívida pública, ao longo dos ciclos de expansão-contracção das economias capitalistas, mostram de forma cabal que nas expansões predomina o crescimento do endividamento privado e nas contrações eleva-se o endividamento público. Quando se acentuam as desconfianças dos mercados, a tigrada corre para os títulos públicos, avaliados como ativos seguros de última instância.

**Em minhas peregrinações** pelos labirintos da história do capitalismo, não encontrei sequer um fiapo de memória denunciando uma crise monetário-financeira provocada pelo endividamento “excessivo” dos governos em moeda nacional. As crises de endividamento público estão, invariavelmente, associadas à tomada de empréstimos em moeda estrangeira. Esta foi a etiologia da crise fiscal e monetária dos emergentes nos anos 80 do século passado, entre estes o Brasil. A crise deflagrada no início dos anos 80 produziu efeitos devastadores sobre as finanças públicas e erodiu a soberania monetária dos países atingidos ao suscitar uma fuga sistemática das moedas nacionais.

Ao alegar endividamento excessivo do Estado brasileiro e a necessidade de manter a taxa Selic, os “fariálimers” ameaçam com a fuga para o dólar e, implicitamente, sinalizam com uma dinâmica inflacionária semelhante à observada, e sofrida, nos anos 80. Tenho a ligeira impressão de que as situações divergem. E divergem por-

que, na crise da dívida, as reservas brasileiras contavam apenas com os brincos de dona Dulce Figueiredo, a esposa do presidente da República, além das “polonetas”, títulos podres dos países socialistas. Hoje, nossas reservas são parrudas e devem ser preservadas para assegurar o exercício da soberania monetária.

Ao investigar a evolução das instituições monetário-financeiras do capitalismo, um certo Karl Marx asseverou que “o crédito público se converte no credo do capital”. E ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública.

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora ao dinheiro estéril e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não lhe dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. •

*\*Ex-trader e professor de Economia e Mercado de Capitais do Instituto J&F.*

ros, precisamos de *open market* e comprissadas! Sem os títulos públicos garantidos pelo Tesouro, não tem como fazer. Tesouro Nacional lembra dívida pública, lembra gastos públicos, ou seja, a volta da ganância. O dilema do prisioneiro!

Nas últimas semanas, esquentou a refrega sobre a relação dívida/PIB entre catastrofistas e a turma do “senta-que-o-leão é manso”. Na visão dos catastrofistas, o risco fiscal está associado a uma trajetória “insustentável” da dívida pública. Insustentável, porque essa vileza vai mortificar os mais jovens e os que ainda não vieram à luz com um aumento da carga de impostos ou, na pior das hipóteses, com um calote devastador na riqueza financeira que frequen-

# Aprendiz de feiticeiro

**ARTIGO** O Banco Central brasileiro ignora as lições do passado e as políticas de seus pares internacionais

POR GUIDO MANTEGA\*

**A** história nos ensina que um Banco Central mal orientado pode causar grandes convulsões econômicas, como a crise de 1929 ou a turbulência dos anos 1980, quando Paul Volker, presidente do Fed, subiu o juro norte-americano para mais de 20% ao ano e quebrou vários países emergentes.

Felizmente, os principais banqueiros centrais aprenderam com os erros do passado, aposentaram a Teoria Quantitativa da Moeda e jogaram na lata do lixo os mitos da ortodoxia monetária. Foi o que aconteceu no enfrentamento da grande crise financeira de 2008, quando Ben Bernanke, presidente do Fed, promoveu a forte expansão monetária denominada *Quantitative Easing* e reduziu as taxas de juro para quase zero, o que ajudou a dissipar a crise do *subprime*.

O surto inflacionário da pós-pandemia e da guerra na Ucrânia tem sido tratado pelos países ricos, e mesmo pelos menos abonados, com elevação moderada do juro real e com a cautela necessária para não arrebentar a economia desses países. Tanto o Fed quanto o Banco Central Europeu, assim como a maioria esmagadora dos BCs, enfrentam uma inflação que bateu nos dois dígitos com juros reais negativos, caso do BCE, ou próximos de ze-

ro, caso do Fed. Os dois maiores Bancos Centrais têm sido eficientes em combinar o controle da inflação com a manutenção do emprego e das atividades econômicas.

Pena que esse amadurecimento da política monetária não tenha chegado ao Brasil. Os aprendizes de feiticeiro do nosso BC continuam praticando as mais altas taxas de juro reais do planeta.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, insiste em manter a Selic no patamar de 13,75% ao ano e um juro real anual acima de 8%, apesar da evidente queda da inflação nos últimos 15 meses, de 10% em dezembro de 2021 para 4,65% em março de 2023 (IPCA). O IGP-M tem apresentado deflação desde dezembro passado. A prévia do IGP-M de maio indica deflação de 1,13%, a maior desde dezembro de 2018.

O fato aparentemente ignorado pelos doutos integrantes do BC brasileiro é que o choque de oferta que impulsionou os pre-

ços, a partir da falta de *chips* e componentes da pós-pandemia e o impacto da Guerra na Ucrânia sobre petróleo e alimentos, está se dissipando. Os preços dos alimentos caem, assim como aqueles das *commodities* minerais e do barril de petróleo.

A supersafra brasileira deste ano continuará a garantir uma boa oferta de alimentos nos próximos meses. Até El Niño tem colaborado com a queda da inflação, ao provocar chuvas abundantes que vão reduzir as tarifas de energia. A valorização do real, que tende a se acentuar com a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal, é outro fator que vai puxar a inflação brasileira para baixo. A inflação de 5,8% prevista para 2023 está na média histórica dos últimos 20 anos.

**Neste cenário, não** faz sentido impor um juro real de 8,4% (em maio deste ano), enquanto a maioria esmagadora dos países opera com juro real negativo ou próximo de zero. Sem esquecer que os 13,75% são as taxas de captação das instituições financeiras, que emprestam às empresas e à legião de endividados a juros anuais de 24% para as primeiras e até mais de 500% aos desafortunados consumidores.

Por trás da atitude supostamente técnica do BC esconde-se uma intenção maquiavélica de controlar a política fiscal. O objetivo é obrigar o governo Lula a engolir um arcabouço fiscal austero, parecido com o Teto de Gastos, e manter uma camisa de força nos bancos públicos. Essa política monetária ultracontracionista de Campos Neto provoca uma crise financeira, responsável pelo aumento da inadimplência e quebra de várias empresas, na esteira do caso da Lojas Americanas. Salta à vista que a expansão do volume de crédito previsto de 2023 (de 8,3%) é insuficiente e muito menor que a expansão de 2020 (15,6%), de 2021 (16,3%) e a de 2022 (14%). Essa expansão reduzida do crédito para 2023 vem acompanhada de juros maio-

---

**Por trás da suposta orientação técnica do BC está a intenção maquiavélica de controlar a política fiscal**



**Mire-se no exemplo.** Seria bom Campos Neto estudar a atuação de Ben Bernanke, então presidente do Federal Reserve, durante a crise financeira de 2008



res e uma elevação da inadimplência.

Vários grupos de varejo têm reduzido suas atividades, dispensando funcionários e fechando pontos de venda, por falta de crédito barato. O Índice de Atividade Econômica “Stone Varejo” detectou queda de vendas de 7,7% em abril, em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 1,7% em relação a março deste ano.

O principal malefício do juro altíssimo é a limitação do crescimento e a deterioração das contas públicas. De acordo com a pesquisa Focus, principal balizadora das decisões do BC, a projeção para o crescimento do PIB em 2023 é de apenas 1% e, em 2024, de 1,4%, bem abaixo do potencial de crescimento do País.

**As elevadas taxas** de juro são responsáveis pelo alto déficit nominal (resultado primário mais despesas com juros sobre a dívida), assim como pelo aumento da dívida bruta brasileira. O pagamento de juros da dívida pública no ano passado foi de 586 bilhões de reais, equivalentes a 5,8% do PIB, enquanto, em 2023, a despesa com juros deve passar de 800 bilhões, equivalente a cerca de 7,3% do PIB. Consequentemente, a dívida bruta passará de 72,9%, em 2022, para cerca de 80%, em 2023, mesmo que não haja déficit primário neste ano.

Fica claro que a política monetária praticada pelo Banco Central bolsonarista vai conter o crescimento, deteriorar as contas públicas e catapultar a dívida bruta brasileira para além de 80%. Entretanto, há um crescente descontentamento na sociedade contra os usos e abusos dessa política monetária ineficiente. O BC de Campos Neto brinca com fogo e corre o risco de se queimar. •

*\*O autor foi ministro do Planejamento (2003/2004), presidente do BNDES (2005/2006) e ministro da Fazenda de 2006/2014). É professor da FGV-SP.*



## Devo, não nego

**EUA** Joe Biden corre contra o tempo para evitar o maior calote da dívida pública da história do país

POR SERGIO LIRIO

**P**andemia, guerra na Ucrânia, ameaça nuclear, inflação, estagnação... Falta alguma coisa? Ah, claro, os Estados Unidos estão diante do risco de uma nova paralisação das atividades públicas, cujos efeitos sobre o mundo seriam severos. O presidente Joe Biden tem uma semana, ou menos, para convencer o Congresso, em particular a Câmara dos Representantes controlada pelo Partido Republicano, a aumentar o teto da dívida, atualmente em 31,4 bilhões de dólares, e evitar um calote de consequências imprevisíveis. Os mais alarmistas falam em *crash* da Bolsa de Nova York, recessão profunda e uma potencial contaminação da economia planetária semelhante à crise de 2008. Em carta enviada ao Parlamento, Janet Yellen, secretária do Tesouro, expôs a situação sem meias palavras. “A economia estaria repentinamente numa tempestade econômica e financeira sem precedentes”, escreveu. “É possível assistirmos a uma série de quebras nos mercados financeiros.”

O limite do endividamento foi atingido em 19 de janeiro. Desde então, o Tesouro tem recorrido a medidas extraordinárias para pagar credores, fornecedores, servidores públicos e beneficiários de programas sociais. Mas, se o teto não for elevado até 1º de junho, alerta o governo, restará a Biden pronunciar uma velha frase dos ca-

loteiros: devo, não nego, pago quando puder. Na segunda-feira 22, o democrata teve mais uma reunião frustrante com o republicano Kevin McCarthy, presidente da Câmara. Os termos na mesa de negociação são, neste momento, inconciliáveis. O governo quer aumentar impostos dos ricos e bilionários, beneficiados por reduções das alíquotas no passado, para compensar o aumento do limite da dívida, enquanto a oposição defende um programa de cortes de gastos considerado “extremo” pela Casa Branca e que recairia sobre as costas dos pobres e remediados. Não só: os democratas propõem congelar as despesas nos

níveis atuais e os republicanos advogam um recuo aos valores de dois anos atrás. “Reiteramos mais uma vez, o calote está fora de questão e a única maneira de avançar é de boa-fé em direção a um acordo bipartidário”, apelou Biden após a reunião. Segundo cálculos do Tesouro, o *default* provocaria uma queda de 6% no PIB e a destruição de 8,3 milhões de empregos.

**Washington adotou** o limite de endividamento público em 1917 e, de lá para cá, o teto foi elevado 80 vezes. Houve momentos tensos, como em 2017, durante a administração de Barack Obama, mas nunca antes



**Imprudência.** Os republicanos na Câmara dos Representantes dançam à beira do abismo



**Urgência.** Biden tem até o dia 1º para evitar o pior. Ou pode seguir o conselho de Krugman

sódio. O primeiro diz respeito à mentalidade neoliberal e fiscalista dominante. Raras são as vozes a apresentar alternativas. Uma delas é Paul Krugman. Em meio ao crescente temor e alta-tensão, o Nobel de Economia sugeriu, no *New York Times*, a Biden ignorar a “extorsão” oposicionista, emitir títulos da dívida e continuar a operar normalmente. “Nossa crise iminente será totalmente autoinfligida, ou, mais precisamente, infligida pelos republicanos”, escreveu. O segundo ponto é imaginar até quando o trumpismo radicalizado vai continuar a dançar à beira do abismo, contra os interesses da maioria. Quem tem um sistema político tão disfuncional não pode culpar os inimigos externos pela própria decadência.

**Biden, por sua vez,** precisa ponderar se e o quanto está disposto a ceder na reta final das negociações. A flexibilidade da Casa Branca terá efeitos de curto e médio prazo. Para os republicanos, o impasse no teto de gastos é só o pretexto para limitar o poder de intervenção da administração democrata em um período decisivo na consolidação das candidaturas presidenciais. Mantidas as atuais condições de temperatura e pressão, os eleitores vão se defrontar, em novembro do próximo ano, com a mesma cédula de 2020. O octogenário Biden (82 anos), que se lançou no mês passado à reeleição, tende a enfrentar o quase octogenário Trump (78 anos), favorito às primárias republicanas, apesar dos inúmeros processos na Justiça. Segundo a média das pesquisas, o ex-presidente leva uma ligeira vantagem sobre o atual, na margem de erro: 44,2% a 42,8%. No império, o futuro é tão sombrio quanto o presente. •

na história do país o debate sobre a expansão dos gastos deu-se após a constatação de que os cofres estavam vazios. O “Dia X”, como se refere a mídia norte-americana, ficou para trás e restam poucas letras do alfabeto antes do desastre absoluto.

A situação inédita reflete sobretudo a radicalização do Partido Republicano, cada dia mais refém do extremismo trumpista e do cálculo eleitoral. Embora McCarthy afirme acreditar nas negociações, a base do partido no Congresso rejeita de forma veemente as opções apresentadas pela Casa Branca. “Seria problemático se a maioria se opusesse a um projeto de limite de dívida e McCarthy tivesse de confiar nos democratas. Se a maioria da maioria não estivesse feliz, Nancy Pelosi faria isso? Não”, declarou o deputado Byron Donalds, em referência à ex-presidente da Casa correliçãoária de Biden. O líder democrata na Câmara, Hakeem Jeffries, criticou os ru-

mos da negociação na noite da segunda 22 e a intransigência dos adversários. Jeffries acusou a oposição de abusar do poder de sua estreita maioria e defendeu a proposta da Casa Branca, que reduziria o déficit ao longo do tempo em 1 trilhão de dólares. “Estamos na direção errada”, lamentou durante entrevista coletiva.

Economistas e analistas financeiros de diferentes correntes acham pouco provável o calote e acreditam em um acordo na undécima hora. Dois pontos devem, no entanto, ser levados em conta no epi-

**As consequências de um default são imprevisíveis e tendem a contaminar a economia mundial**

# Lixão abaixo de zero

**TheObserver** Os dejetos acumulados das estações científicas ameaçam a biodiversidade da Antártida

POR JOHN BARTLETT, DE VILLA LAS ESTRELLAS, CHILE

**A** uma curta caminhada sob o vento cortante de Villa Las Estrellas, um vilarejo chileno na Península Antártica, há uma enseada que a maioria dos cientistas nas estações de pesquisa próximas tenta ignorar. Um punhado de pinguins estremece nas sombras de seis tanques de combustível rusos e três silos baixos, enferrujados em redemoinhos de ouro, laranja e marrom e deformados pelo frio e o vento.

Fora de vista e longe da mente, cada um deles está cheio de detritos de décadas de trabalho científico e logístico na Ilha do Rei George, onde seis estações de pesquisa científica operam num raio de 5 quilômetros. Em um deles, dezenas de teclados de computação estão amontoadas num velho freezer, com as teclas arrancadas e misturadas com tampas de garrafas e latas de cerveja descartadas, com rótulos desbotados em russo, alemão e espanhol.

Na ponta da praia há um jogo de pebolim enegrecido pelo fogo, enquanto pilhas de baterias de 12 volts, rachadas pelo frio, vazam uma mancha gordurosa de ácido. O combustível escorre para a praia de seixos de uma fileira de barris enferrujados rotulados como gasolina. Cha-

mado tristemente de “Chernobyl” por alguns que passam por Villa Las Estrellas, o lixão na Ilha do Rei George é um claro lembrete do impacto que os humanos continuam a causar depois de um século de visitas ao continente mais intocado da Terra. “É deprimente”, grita o cientista basco Pedro Echeveste, 41 anos, acima do barulho do vento. “Apesar de todo o bem que os cientistas fazem à Antártida, o impacto que temos é enorme.”

**Embora a maioria** dos resíduos seja agora embalada e enviada da Antártida em navios, a pegada humana é visível. Em outubro de 1991, foi assinado em Madri um protocolo de proteção ambiental que estabelece padrões mínimos de gestão ambiental e reitera que a Antártida é uma “reserva natural dedicada à paz e à ciência”. Ele entrou em vigor em 1998 e foi assinado por todas as 29 partes consultivas do Sistema do Tratado Antártico (ATS na

**Villa Las Estrellas, vilarejo chileno na península, é chamado de “Chernobyl”**



sigla em inglês) de 1959, que governa o continente, bem como por 13 outras nações.

Entre suas recomendações, o protocolo estipula que os impactos ambientais causados por qualquer nova infraestrutura devem ser monitorados regularmente, embora dois terços das estações de pesquisa tenham sido construídos antes de sua adoção, incluindo qualquer perturbação de habitats. A aplicação é, porém, largamente deixada a cargo de cada programa e missão científica. “A regulamentação é um grande problema”, disse Jasmine Lee, pesquisadora do British Antarctic Survey, que estuda a sustentabilidade do envolvimento humano no extremo Sul. “O cerne disso é geopolítico. Ninguém vai se virar e dizer para você agir, porque pode haver repercussões em outra coisa para a qual uma das partes deseje aprovação.”

Atualmente, 56 países são signatários do ATS, e 42 têm presença física na Antártida. Um estudo de 2019 estimou que dos 12 milhões de quilômetros quadrados de gelo e rocha da Antártida, a pega-



Falta consciência  
até aos cientistas

da combinada dessas bases é de 390 quilômetros quadrados, em grande parte no perímetro do continente. E essa pegada provavelmente aumentará à medida que mais países buscarem presença científica ou geopolítica no extremo Sul. Menos de um em cada seis dos 193 Estados das Nações Unidas faz parte do ATS, com a África e o Oriente Médio particularmente sub-representados.

Alguns efeitos antropogênicos na natureza da Antártida são mais visíveis que outros. Echeveste, acadêmico da Universidade de Antofagasta, no norte do Chile, fez sua terceira viagem à Antártida neste verão. Ao lado de duas colegas, Maritza Fajardo e Karola Soto, passou mais de um mês na Ilha do Rei George a coletar amostras de água. “Quando você vê uma ave carregando uma garrafa plástica, ou um contêiner cheio de tambores de óleo velhos, esses são os impactos mais evidentes, mas há muitos outros incorporados às cadeias alimentares e aos ecossistemas.”

Sua equipe conseguiu detectar resí-

duos de anticongelante e combustível, bem como componentes de protetores solares e produtos de beleza, na água do mar. Efeitos semelhantes foram observados em outros lugares. No ano passado, pesquisadores da Nova Zelândia encontraram microplásticos em cada uma das 19 amostras de neve coletadas na Ilha de Ross, no oeste da Antártida.

Talvez o exemplo mais alarmante de um legado de desrespeito ao meio ambiente seja a Baía Winter Quarters, no extremo sul da Ilha de Ross, onde a estação norte-americana McMurdo foi instalada em 1955. Até 1981, os habitantes rebocavam o lixo para o gelo marinho no inverno para que caísse na baía, quando o gelo derretesse na primavera. Em 1999, um cientista declarou que a baía tinha uma das maiores concentrações tóxicas de qualquer massa de água na Terra. Uma pesquisa de 2001 contou 15 veículos, 26 contêineres e 603 tambores de combustível em 20 hectares de leito marinho.

Embora uma pequena fração do con-

tinente antártico tenha sido afetada, a atividade humana é frenética nas localidades costeiras. “As áreas sem gelo da Antártida representam menos de 1% do continente, mas concentram quase toda a biodiversidade e quase toda a ciência”, disse Lee. A pegada de infraestrutura começou com as primeiras cabanas dos exploradores, em 1899, antes que baleeiros, caçadores de focas e, finalmente, cientistas começassem a visitar o continente – e continua a se expandir.

**Enquanto grande** parte da infraestrutura em Villa Las Estrellas está envelhecida, a base da Força Aérea chilena, inaugurada em 1969, contribui para práticas sustentáveis com um biofiltro movido a minhocas que decompõe os resíduos orgânicos produzidos pela base. Geradores que queimam 2 mil litros de diesel por dia fornecem, no entanto, energia para Villa, destacando o alarmante custo em carbono da ciência antártica.

A Estação Princesa Elisabete, da Bélgica, inaugurada em fevereiro de 2009, é a única sede antártica com emissão zero, gerando eletricidade a partir de nove turbinas eólicas e 284 painéis solares. As reformas em andamento na Base Scott, da Nova Zelândia, incluem um parque eólico de substituição e, em 2018, o BAS anunciou sua meta de reduzir as emissões de carbono em suas estações na Antártida e escritórios em Cambridge para zero líquido até 2040.

Mas o fardo no continente só aumenta, com mais de 100 mil turistas somente nesta temporada de verão, um recorde. “Hoje, você precisa ser um cientista ou alguém muito rico para ir à Antártida, e isso não é justo nem sustentável”, disse Echeveste. “Precisamos pensar em quem vai, porque os impactos só vão ficar mais sérios.” •

*Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.*

## O futuro da confiança

**IDEIAS** A relação entre homem e máquina e a força das *fake news* estiveram no centro de um simpósio realizado na Alemanha

POR MAÍRA GOLDSCHMIDT, DE WEIMAR\*

**N**o mesmo dia em que o Google disponibilizava o Chatbot Bard para 180 países, o francês Yoann Bourgeois abria, com a performance Escadas, a quarta edição do Simpósio Cultural Internacional de Weimar, na Alemanha. Na apresentação, o coreógrafo se deixa cair de um pódio, confiando que um trampolim, invisível ao público, impeça a queda e o traga de volta à cena. A mistura de dança e acrobacia serve de metáfora ao tema do evento organizado a cada dois anos pelo Instituto Goethe: *Uma Questão de Confiança*.

Há duas semanas, 60 palestrantes de dezenas de nacionalidades e áreas, como cultura, ciência, negócios, mídia e política, reuniram-se para discutir e examinar a função da confiança na interação entre pessoas e máquinas, na disseminação de informação e de *fake news*, na manutenção da democracia e no manejo de novas tecnologias. Em que ou em quem confiamos? Vivemos hoje uma crise de confiança?

Não por acaso, a IA generativa, para a qual se olha com os dois pés atrás, esteve presente não só na programação, mas nas conversas paralelas e no noticiário. No dia 11 de maio, enquanto os debates aconteciam no E-Werk – uma antiga usina transformada em centro cultural – o Parlamento da União Europeia, em Estrasburgo, aprovava, com ampla maioria, o primeiro

esboço de um projeto de lei para regular o uso das ferramentas de IA, como ChatGPT e Bard.

Ramak Molavi Vasse'i, advogada especializada em direitos digitais e diretora na Mozilla Foundation na área de pesquisas para uma IA com mais propósito e transparência, diz que a regulação é bem-vinda, mas pondera: chega tarde. "A Caixa de Pandora está aberta. Já tínhamos problemas para controlá-la antes de abri-la. Como vamos recuperar o controle?", pergunta. "Precisamos de regulação, sim, mas também de empresas de tecnologia mais responsáveis e transparentes, até para que as pessoas possam ver suas desvantagens."

**Ao lado de Ramak**, na mesa Confiamos na Tecnologia?, estava Patrick van der Smagt, diretor do Machine Learning Research Lab da Volkswagen e fundador da iniciativa europeia *etami*, que investiga as questões éticas implicadas no aprendizado da máquina. "O desenvolvimento de

tecnologias de IA gera, na mesma medida, expectativas e ceticismo. A credibilidade, resultante da qualidade técnica, é crucial para que possamos decidir juntos que métodos prometem soluções e que riscos cada um deles traz", diz ele.

Se, na Europa, a regulação da IA já está em pauta, no Brasil, a dura reação das Big Techs ao Projeto de Lei 2.630/2020, o PL das *Fake News*, mostra que estamos umas boas casas atrás nesse tabuleiro – cabe lembrar que, no País, nem as plataformas de *streaming* têm regulação específica. E, como observa Ramak, embora a tecnologia seja mundial e sua distribuição se dê de forma global, as respostas legais são sempre nacionais. "E há diferentes níveis de confiança no governo em diferentes países", pontua.

Se nos países europeus e nos Estados Unidos tende a haver um reconhecimento da necessidade de controle das empresas de tecnologia, em lugares do globo nos quais atribui-se aos governos práticas corruptas e autoritárias, a regulação é vista com desconfiança – apregoa-se, nesses casos, a "liberdade" para o desenvolvimento tecnológico.

Outro ponto a ser considerado é que, nos países mais pobres, a própria tecnologia é vista como uma forma de democratização e de redução das desigualdades. Oluwaseun David Adepoju, especialista em tecnologia e ativista de direitos huma-

---

**Nos países mais pobres, o controle sobre as Big Techs tende a ser visto como uma ameaça**



**Visões.** Sessenta palestrantes, de diferentes nacionalidades, se debruçaram sobre o tema *Uma Questão de Confiança*

dessas comunidades e de fazê-las entender seu papel na sociedade”, diz Flávia.

Credita-se também à tecnologia a possibilidade de reconquista da confiança nas instituições e no jornalismo tradicional, impactado pelas redes sociais e pelas *fake news*. Ou seja, ao mesmo tempo que permite a propagação de *fake news* por Trump e Bolsonaro, a tecnologia pode, como aconteceu na Ucrânia, contribuir para o aumento da credibilidade dos governos.

**De acordo com** a jornalista ucraniana Angelina Kariakina, a confiança na imprensa ucraniana teve aumento de 32% para 75%, desde o início da guerra, há mais de um ano. Às vezes, a cobertura jornalística se restringe a avisar, via Telegram, que o

nos, apresentou, no evento, um relatório sobre *blockchain* – tecnologia que permite o uso de criptomoedas – com o mapeamento de 12 países da África.

Lá, contou Oluwaseun, o *blockchain* deu novas perspectivas a pessoas que não teriam acesso a tradicionais empréstimos bancários ou são prejudicadas pelo trâmite burocrático das transações internacionais. Não por acaso, o uso da tecnologia como instrumento de transformação ecoou na fala de uma brasileira, a empreendedora social Flávia Gonçalves Macêdo.

Flávia defende que, mais importante

que regular a tecnologia seria, utopicamente, mudar o sistema financeiro que marginaliza e exclui pessoas e comunidades. Em Weimar, ela representou o projeto Muda Outras Economias, uma comunidade virtual que criou, em 2019, uma moeda social – cada Muda vale 1 real.

A diferença entre essa moeda criptográfica e outras, como o Bitcoin, não é tecnológica, e sim que as transações são focadas no incentivo a ações culturais, educativas e socioambientais. E que essa forma de circulação monetária tem a confiança como base. “A tecnologia tem o potencial de mudar a forma de pensar

país está sofrendo um bombardeio. “As sirenes não funcionam em todo o território e as pessoas precisam dessa informação”, relatou ela, por videoconferência, de Kiev.

No encerramento do simpósio, o secretário-geral do Instituto Goethe, Johannes Ebert, citou a definição de confiança do sociólogo alemão Niklas Luhmann: “A confiança é, antes de tudo, um mecanismo para reduzir a complexidade”. Não por acaso, em um mundo cada vez mais complexo e tecnológico, a confiança tornou-se um bem tão raro quanto valioso. •

\*A jornalista viajou a convite do Instituto Goethe.

# Pelo olhar de um marchand

**ARTE** As 200 obras da exposição *Coleção Imaginária de Paulo Kuczynski* revelam as feições do colecionismo privado no País

POR ANA PAULA SOUSA

**P**aulo Kuczynski era aluno do curso de Biologia da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando foi ter pela primeira vez à casa de Alfredo Volpi (1896-1988). O ano era o de 1967 e, à altura, os jovens tentavam sensibilizar alguns artistas para que doassem obras num gesto de apoio financeiro ao movimento.

A conversa com Volpi fluíu tão bem que Kuczynski, morador do bairro da Aclimação, vizinho ao Cambuci, onde vivia o artista, foi visitá-lo outras vezes. Dois anos após o primeiro encontro, Kuczynski tomou coragem de fazer o movimento que definiria seu destino: pegou um quadro de Volpi, em troca de um cheque de pequeno valor, e prometeu tentar vendê-lo.

Em poucos dias, viu seu plano dar certo. “Recentemente, peguei um quadro do Volpi, olhei na parte de trás e vi minha letra, com a data anotada: primeira quinzena de setembro de 1969”, conta, 54 anos depois, um dos mais reconhecidos *marchands* brasileiros e, certamente, o que mais Volpis negociou.

Não por acaso, o artista do bairro do Cambuci é uma presença marcante na exposição *Coleção Imaginária de Paulo Kuczynski*, que reúne, no Instituto Tomie

Ohtake, em São Paulo, mais de 200 trabalhos de 39 artistas que, nessas cinco décadas, o *marchand*, que é também colecionador, comprou, vendeu e tornou a vender.

A mostra insere-se em um programa da instituição que, desde 2022, busca tornar visíveis grandes obras de artistas consagrados que, por estarem em coleções privadas, não são acessíveis. A primeira exposição trazia as peças pertencentes ao colecionador e empresário cearense Igor Queiroz Barroso.

“Reunimos o que, para mim, representa o auge de cada artista. São mais de 50 anos formando coleções e escolhendo obras e, na mostra, só tem aquilo que gostei muito de ter vendido”, diz Kuczynski.

Embora alguns desses artistas já tenham sido reunidos em exposições feitas na galeria do *marchand*, como *Di Cavalcanti: Alguns Inesquecíveis*, que cobre o período dos anos 1920 a 1940, e *Volpi: Uma Homenagem*, que vai dos anos 1930

aos 1970, muito do que é agora revelado viveu sempre longe dos olhos do público. “Muitos desses trabalhos nunca foram expostos e talvez nem voltem a ser”, diz.

A exposição, pela própria natureza, tem o nome dos colecionadores como um de seus pontos de interesse. Ainda que muitos dos donos dos quadros e esculturas tenham preferido se manter no anonimato, outros tantos estão identificados logo abaixo do título das obras e acabam, de certa forma, por revelar um pouco da história e das feições das grandes coleções de arte brasileira.

Alfredo Setubal, herdeiro do Banco Itaú; o casal Heitor Martins e Fernanda Feitosa, hoje à frente do Masp e da SP Arte, respectivamente; Ladi Biezu, da Logos Engenharia; e José Olympio da Veiga Pereira, presidente da Fundação Bienal, são alguns daqueles com quem Kuczynski parece ter estabelecido uma longa relação.

**“Será que a obra, elo primordial entre *marchands* e colecionadores, não carrega consigo uma aura que gera um afeto permanente entre as duas partes?”**, pergunta ele no texto do catálogo. O que é certo é que o percurso de Kuczynski, que tem um escritório de arte que funciona desde 1974 na região dos Jardins, em São Paulo, é também aquele percorrido pela arte brasileira ao longo de mais de um século.

Kuczynski, em entrevista dada a *CartaCapital*, por telefone, na véspera da abertura da exposição, no sábado 20, relembrou, com indisfarçável emoção, as histórias por trás de algumas das obras – que são, no fundo, histórias de sua vida.

Há, em sua coleção imaginária, as flores do Volpi que pertenciam a ele mesmo e que, depois de meses sem conseguir negociar nenhum quadro, viu-se obrigado a vender. E há quadros que levou até 15 anos para conseguir adquirir. “Eu ligava para a família a cada quatro meses, por exemplo, para ver se tinham muda-

**“Muitos desses trabalhos nunca foram expostos e talvez nunca voltem a ser”, diz Kuczynski**



do de ideia. Tem obras ali que foram perseguidas”, diz, rindo. “Mas, quando entro numa casa, não sei se vou ver uma obra-prima ou uma obra medíocre ou irrelevante.” Há também obras compradas de intelectuais e artistas que as receberam do próprio pintor, e um Di Cavalcanti que passou dez anos guardado: “Um *marchand* tem de saber guardar uma obra, deixá-la amadurecer.”

A rota a ser percorrida pelo público inicia-se com as pinturas de Eliseu Visconti produzidas na virada do século XIX para o século XX, e chega aos azulejos feitos por Adriana Varejão já no século XXI. No

meio disso estão Leonilson, José Pancetti, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Ismael Nery, Candido Portinari, Lasar Segall, Frans Krajcberg, Sérgio Camargo, Vieira da Silva, Wesley Duke Lee, Alberto da Veiga Guignard etc.

**Mas Volpi é, nas palavras** de Jacopo Crivelli Visconti, o curador, o “centro de gravidade” da exposição. Frente a frente com ele, em outra parede, estão várias pinturas marcantes de Pancetti, que retrata um Brasil de mares, rios e barcos. Não demora, porém, para que as figuras e paisagens se diluam até esvanecerem em

*Ilusões Perdidas* (1933), de Eliseu Visconti, e *Tocadora de Acordeão* (1942), de Lasar Segall, compõem a primeira parte do largo panorama da arte brasileira exposto no Instituto Tomie Ohtake

Antônio Bandeira ou virarem arte concreta, pelas mãos de Lygia Clark.

A cronologia é, no entanto, apenas uma das portas de entrada para essa coleção que espelha não só a arte, mas o colecionismo brasileiro. “O olhar do *marchand* nunca será o do acadêmico ou do curador”, diz. “É o olhar de quem convive com a obra, às vezes, por muitos anos.” •

# Discos e arquivos desempoeirados

**MÚSICA** Após digitalizar todo o catálogo, a lendária gravadora Som da Gente cede os direitos autorais para os músicos

POR SÉRGIO MARTINS

**H**á muito tempo, mundo afora, quem deseja comprar um disco de música erudita com a garantia da excelência busca o emblema amarelo da Deutsche Grammophon, companhia que lançou trabalhos de maestros como Herbert von Karajan e Carlos Kleiber, e de solistas da categoria da pianista Martha Argerich e da violinista Anne-Sophie Mutter.

Este singular método de escolha também era comum no Brasil dos anos 1980, só que entre os admiradores de música instrumental. A procura, no caso, era pelo emblema com notas musicais nas cores da bandeira do Brasil do selo Som da Gente, que gravou o que de melhor se produziu do gênero no País.

A Som da Gente teve vida breve, porém intensa. Durou de 1981 a 1991 e, nesse período, lançou 46 álbuns, muitos deles até hoje referências. A lista de artistas inclui Hermeto Paschoal, os saxofonistas Hector Costita e Roberto Sion e grupos como Kali e Medusa.

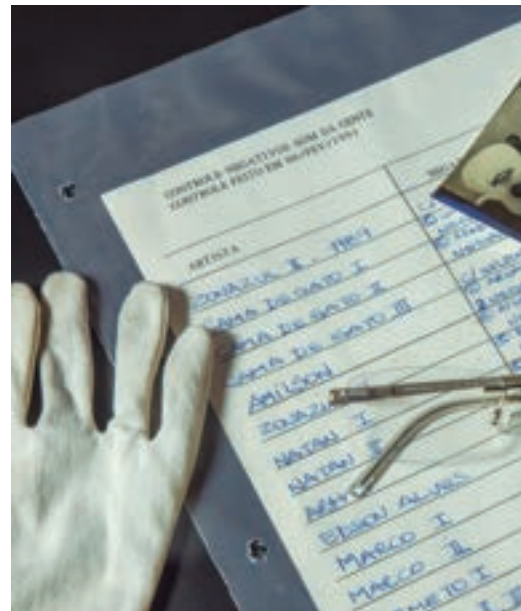
“Para quem fazia música instrumental naquele período, ter um disco lançado por eles era o grande sonho”, diz o violonista Edson Natale, que hoje atua como consultor cultural do projeto. “Os discos do trio D’Alma, por exemplo, foram

fundamentais para mim. Além disso, fui quase todos os dias assistir à gravação do disco de piano solo do Hermeto Paschoal.”

Pois a Som da Gente está de volta. Em uma iniciativa inédita no mercado, os responsáveis pelo selo digitalizaram e remasterizaram o catálogo e doaram os direitos para os músicos participantes. No segundo semestre, será lançado o Acervo Som da Gente, plataforma de acesso gratuito que reúne documentos de bastidores, peças iconográficas e registros audiovisuais que contam a história da gravadora independente.

Neste momento no qual a legislação do direito autoral voltou a estar sob intensa discussão, por conta dos modelos de remuneração adotados pelas plataformas de *streaming*, o movimento chama especial atenção.

**Todo o acervo estará numa plataforma de acesso gratuito que reúne documentos de bastidores, peças iconográficas e registros audiovisuais**



“Esta é uma das partes mais bonitas desse grandioso processo. Depois de muita, muita conversa, concluímos que o fechamento do ciclo estaria completo se cada músico pudesse decidir o que deseja fazer com suas obras”, diz Carla Poppovic, coordenadora do projeto.

**“Acredito que seja um caso raro na indústria fonográfica mundial uma gravadora decidir mergulhar na própria história e, dentro desse processo, articular outro tipo de relação com os artistas com os quais construiu a imaterialidade da memória e da história”,** prossegue Carla. “É preciso de muito tempo para chegar a essas conclusões que são filosoficamente simples, mas muito intrincadas no tocante às questões jurídicas e afetivas.”

Carla é uma entre os cinco herdeiros do casal Walter Santos e Tereza Souza, cantores, compositores e criadores do Som da Gente. Santos chegou a integrar o Enamorados do Ritmo, grupo que tinha João Gilberto entre seus integrantes. Tereza era letrista e, na idade de ouro da publicidade brasileira, criou temas como o do Banco Bamerindus (*O tempo passa, o tempo voa...*) e da loja de departamentos Mappin (*Mappin/venha cor-*



Entre 1981 a 1991, o selo dedicado ao gênero instrumental lançou 46 álbuns, muitos dos quais são até hoje referência. A lista de artistas inclui Hermeto Paschoal e Roberto Sion

especialmente nos álbuns do Hermeto, que, às vezes, usava instrumentos percussivos não muito convencionais. Tentei, por fim, valorizar cada detalhe do álbum.”

Os discos estão sendo entregues aos autores para

rendo Mappin/Chegou a hora, Mappin...). Nos anos 1960, mudou do Rio para São Paulo e, na cidade, também Santos passou a se dedicar ao trabalho publicitário.

Em 1974, o casal criou o Nosso estúdio, espaço para a criação de *jingles* que, posteriormente, se tornaria o Som da Gente. Outra filha do casal, a cantora Luciana Souza, é quem explica o porquê de o pai e a mãe se dedicarem à música instrumental. “O músico brasileiro era visto como mero acompanhante”, diz. “Meus pais acharam que seria importante apoiar uma música que contasse histórias, mesmo sem letra, e que valorizasse a improvisação e a diversidade de estilos desses criadores.”

Os herdeiros de Santos e Tereza tiveram apoio financeiro do Instituto Çarê, que patrocina a masterização dos álbuns e a construção da plataforma. A função de digitalizar e remasterizar os trabalhos ficou a cargo de Carlos Freitas, responsável, por exemplo, pelos álbuns ao vivo de João Gilberto e da discografia de Wilson Simonal.

“Era importante preservar a sonoridade da época, mas com uma qualidade e transparência sonora mais atual”, diz Freitas. “Me chamou muito a atenção a qualidade da gravação do piano acústico, orquestras e violão, muito bem captados,

que cada um possa lançá-los da maneira que preferir. Hermeto, por exemplo, disponibilizou os cinco álbuns nas plataformas de *streaming* e pretende produzir edições em vinil desses trabalhos.

O saxofonista Roberto Sion também optou pelo *streaming* e está em conversas com um selo português para lançar o álbum por lá. Já o pianista Amilson Godoy tem projetos mais ambiciosos: “Penso em preparar uma versão orquestral do repertório dos discos do Medusa e do meu disco solo ao lado do meu grupo sinfônico, a Sinfônica Pop Arte Viva”. Carla Poppovic faz coro com Amilson e aposta: “Outros capítulos virão”. •

# As trilhas que levaram a Trump

**LIVRO** Com *Encruzilhada*, Jonathan Franzen dá início à trilogia na qual se dispõe a atravessar a história dos EUA da década de 1960 até os dias atuais

POR ALYSSON OLIVEIRA

O realismo, embora tenha tido seu auge, na literatura, no século XIX, nunca saiu ou sairá de moda. Mesmo na fragmentação da pós-modernidade, essa forma não apenas se mostra eficaz para dar conta do mundo como segue a capturar corações e mentes. E Jonathan Franzen, nascido nos Estados Unidos, com três décadas de carreira, é, sem dúvida, um dos mais bem-sucedidos autores do gênero em seu país.

Sua mais recente obra, *Encruzilhadas*, não foge à regra nem à máxima de Tolstói sobre as famílias – “Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua maneira”. A família sobre a qual ele se debruça no novo romance – o primeiro de uma prometida trilogia – são os Hildebrandt, moradores da fictícia New Prospect, no subúrbio de Chicago.

Como em seu livro mais famoso, *As Correções* (Companhia das Letras), publicado em 2001, cada capítulo traz a perspectiva de um membro da família. Desse conjunto de vozes, Franzen extrai um amplo painel íntimo, social, cultural e político de um *hábitat*. A his-

tória começa no início dos anos 1970, com a Guerra Fria respondendo pelo espírito do tempo a ressaca dos anos de 1960 ainda causando dores de cabeça.

Os Hildebrandt, por sua vez, são uma família com os dias contados. Aque-la estrutura, logo percebemos, está a caminho de se desfazer. O patriarca é Russell, pastor assistente em uma igreja local, criado numa comunidade Me-

nonita – ligada ao cristianismo evangélico –, que descobriu o mundo na Segunda Guerra Mundial. Sua mulher, Marion, três anos mais velha, é uma figura tomada pela nostalgia da intensa juventude vivida em Los Angeles marcada por barbitúricos, aborto e pela internação numa clínica psiquiátrica.

A nostalgia da matriarca estende-se a outros personagens e ao próprio romance. Esse tom parece ser usado como demonstração de que a fraturada década de 1970 estava completamente fora dos trilhos, e que, se desejamos ambicionar um futuro melhor – ou, ao menos, diferente – temos de saber olhar para a história. O momento retratado por Franzen é aquele que culminaria, na década seguinte, na ascensão neoliberal e conservadora, simbolizada por Ronald Reagan.

**Encruzilhadas funciona** como uma arena na qual se desenrola uma disputa entre gerações, materializada pelos confrontos entre Russell e Marion e seus três filhos. Clem, o mais velho, é um estudante universitário, apaixonado por Camus, e “incapaz de perdoar Sartre por seu comunismo”. Becky é garota certinha, cuja vida se transforma quando começa a namorar um músico. Perry, dono de um QI de 160, sente-se pressionado pela inteligência acima da média e acha que jamais poderá ser realmente bom em alguma coisa.

Este é o livro mais humano e menos cínico de Franzen. É também aquele no qual ele demonstra maior controle da narrativa. Se em *As Correções* o autor pisava em um terreno parecido, mas na virada do século XX para o XXI, agora ele olha para um passado um pouco mais longínquo, para se perguntar como chegamos aqui. O “aqui”, no caso, é o presente recente: aquele dos EUA sob Donald Trump.

Há uma moral clara no romance, pois



**ENCRUZILHADAS**

**Jonathan Franzen.** Tradução: Jório Dauster. Companhia das Letras (600 págs., 159,90 reais)



Na nova obra, o autor surge mais humano e menos cínico

o autor sabe muito bem onde quer chegar. A pergunta central a permear todos os personagens é: como ser uma boa pessoa num mundo espiritual, política e culturalmente degradado? Cabe lembrar que Franzen, como autor, sempre se teve como bastião de uma cultura

mais intelectualizada, e sua literatura, como prova este caudaloso romance social do século XXI, é reflexo disso.

*Encruzilhadas*, com sua tentativa de historicizar o passado pelos olhos do presente, é, sem dúvida, um início promissor para a ambiciosa trilogia de Franzen. •

## VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



Edgar Telles Ribeiro sempre foi um hábil narrador de histórias de amor – histórias que, por vezes, não passam de um olhar de esquelha – além de um autor fascinado pela própria ideia da escrita. **Jogo de Armar** (Todavia, 128 págs., 64,90 reais) se faz do encontro desses dois temas.



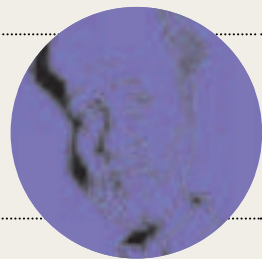
**Lições Sobre Dom Quixote** (Fósforo, 304 págs., 104,90 reais) reúne as aulas sobre Miguel de Cervantes dadas por Vladimir Nabokov, na década de 1950, como professor visitante de Harvard. Além de rever Cervantes, o livro, em suas frestas, também descortina Nabokov.



É uma Virginia Woolf em busca da forma breve – seja um conto, seja um esquete – que **Contos Completos** (Editora 34, 376 págs., 86 reais) traz. O volume, organizado por Susan Dick, com tradução de Leonardo Fróes, reúne 64 histórias escritas entre 1906 e 1941.

## AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



# Bola parada

## ► Os casos explícitos de atitudes homofóbicas e manifestações racistas passaram, no esporte, do varejo ao atacado

**A**o invés de tratar dos jogos esportivos e das emoções saudáveis que sua prática gera, serei obrigado, mais uma vez, a abordar comportamentos deturpados, reflexos deste momento de radicalismo que atravessamos.

O caso Vinicius Junior, o jogador brasileiro que se tornou um dos grandes destaques do futebol mundial pelo Real Madrid, tomou proporções agigantadas em todos os sentidos.

Por ter tomado a iniciativa de reagir com veemência e lucidez após ser vítima de atos racistas durante o jogo Valencia vs. Real Madrid, o craque pode se tornar um marco não só em relação ao racismo, mas ao nazifascismo em geral.

Digo isso porque a maneira como as coisas aconteceram provocou um alerta muito expressivo.

Mesmo servindo de argumento furado aos reacionários de plantão – que reputaram como racista a generalização do público –, não podemos deixar de lembrar do grande número de manifestantes que atacaram o destacado jogador antes mesmo da entrada no estádio.

Que fenômeno é esse – e que não nasceu hoje – que explica o número elevado de pessoas a se manifestar publicamente depois de longo período nas trevas? Essa é a pergunta que não quer calar, mesmo tendo-se consciência do papel que vem sendo desempenhado pela disseminação das *fake news* e pe-

la ascensão da direita conservadora.

Os casos explícitos de atitudes homofóbicas, racistas e de outras formas desumanizadas de relação com o semelhante, passaram, no esporte, do varejo ao atacado.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos foi, sabemos, um sinal inequívoco do crescimento da onda direitista em várias partes do mundo.

Os torcedores inquisitoriais vistos na Espanha podem servir de alerta para o ponto em que chegamos nesse processo que precisa, sem dúvida alguma, ser estancado.

**Saindo da bola** parada e chegando à bola rolando, devo dizer que aguardei com grande expectativa o jogo entre Fluminense e Botafogo pelo fato de a partida representar o que mais me intriga neste momento do nosso futebol.

Nesta hora da contratação de uma comissão técnica para a seleção de futebol, estamos, a meu ver, em um momento de escolha sobre a forma de jogar.

Temos, de um lado, o futebol europeu dito moderno, que tem como palavra de ordem a intensidade, com predomínio da

força física sobre o talento – seria o futebol do neoliberalismo? Já foi, inclusive, chamado de “científico” esse tipo de jogo do Hemisfério Norte. De outro, tem-se a criatividade, o decantado futebol moleque, com o gingado tropical.

Mas esse segundo tipo de futebol seria ainda possível em tempos de globalização, de encurtamento do tempo das viagens e aumento da velocidade nas comunicações?

As dúvidas são muitas e o tema é instigante.

O “clássico vovô” entre Fluminense e Botafogo, pelo Brasileirão, poderia ser uma amostra dessa bola dividida simbolizada nas figuras dos seus treinadores: o português Luis Castro e o brasileiro Fernando Diniz?

Em busca disso, voltei ao Engenhão. E o jogo, de fato, representou o duelo entre duas escolas antagônicas.

O jogo não andava. Era interrompido a todo instante pela marcação cerrada – o antídoto do técnico botafoguense para o toque-toque tricolor. Tudo isso até que um gol “espírita” do Botafogo salvou milagrosamente o jogo que caminhava para um decepcionante 0x0. Ou seja, tudo certo e nada resolvido.

Continuamos intrigados para saber em que barco estamos metidos nessa travessia transoceânica – afinal de contas, além do técnico da Seleção, há de ser escolhida a comissão que o apoiar.

Não posso esquecer, contudo, que a seleção que jogou o melhor futebol na Copa do Catar, em 2022, foi a de Marrocos. Tal constatação enseja outra pergunta: não será romantismo da minha parte?

Hoje em dia, é possível ganhar uma Copa do Mundo com uma seleção que, ainda que tenha o futebol mais apurado, melhor tecnicamente e mais criativo, não empregue a valência força? •

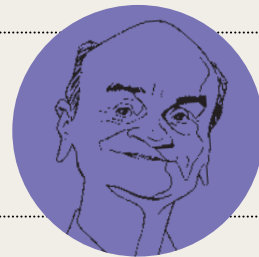
[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)



**Ataques.** O caso Vinicius Junior pode se tornar um marco histórico

## DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



# A neblina da menopausa

► O fezolinetant, primeiro medicamento não hormonal para tratamento dos fogachos, representa um novo paradigma para a biologia feminina

**A** neblina cerebral é uma queixa frequente na perimenopausa. Ela refere-se às dificuldades de concentração encontradas ao se fazerem contas ou tentar lembrar palavras e nomes de pessoas, ao comprometimento do raciocínio lógico e ao “cansaço mental” que se instalam quando as menstruações se tornam irregulares.

Em cerca de 80% das mulheres essas queixas costumam vir acompanhadas de crises de sensação de calor intenso e sudorese abundante, seguidas de um frio siberiano. São os fogachos, em linguagem popular – ou, para os médicos, os sintomas vasosativos.

Essa fase, que algumas mulheres atravessam com poucos sintomas, provoca sofrimentos de longa duração à maioria delas: insônia, ressecamento da pele e das mucosas, dor nas relações sexuais, infecções urinárias de repetição, inchaço, cólicas abdominais, diminuição da libido e fadiga, entre outros transtornos difíceis de suportar.

Ao lado da neblina cerebral, o psiquismo é invadido por pensamentos negativos, crises de choro inexplicáveis, irritabilidade e depressão. É comum ouvir a frase: “Não consigo ver o lado bom em nada na vida”.

Como historicamente acontece com outras queixas associadas à biologia feminina, a medicina levou séculos para se interessar pela fisiopatologia responsável por distúrbios cerebrais tão variados.

Uma das primeiras descobertas aconteceu apenas na década de 1990, quando Naomi Rance, neuropatologista da Universidade do Arizona, demonstrou que, nas autópsias de mulheres na menopausa, o hipotálamo duplicava de tamanho à custa do aumento do número de neurônios.

Como a essa região do cérebro é atribuído o controle da termorregulação e das sensações térmicas, a doutora Rance considerou que o achado deveria guardar relação com os sintomas vasosativos que afligem tantas mulheres, muitas das quais sofrerão com eles por anos ou décadas.

**Esse trabalho inicial** e as possíveis implicações na descoberta de novos medicamentos trouxeram investimentos para essa área, uma vez que o único tratamento disponível era a reposição hormonal, com estrogênio e progesterona. A reposição, no entanto, não está indicada em todas as mulheres sintomáticas, entre elas as que tiveram câncer de mama, trombozes venosas, AVCs, infartos do miocárdio e nas patologias que cursam com alterações da coagulação sanguínea.

Pesquisas com camundongos, nos quais foi adaptado à cauda um pequeno dispositivo para medir as mudanças de temperatura ocorridas depois da retirada dos ovários, permitiram avaliar a influência de um mediador, a neurocinina B, no aparecimento dos sintomas vasosativos.

Quando as moléculas de neurocinina B se ligam aos receptores ancorados na membrana dos neurônios, surgem os sintomas vasosativos. A relação é direta:

quanto maior o número de receptores ativados, mais intensos são os sintomas vasosativos. O contrário acontece quando esses receptores são bloqueados por manipulação farmacológica.

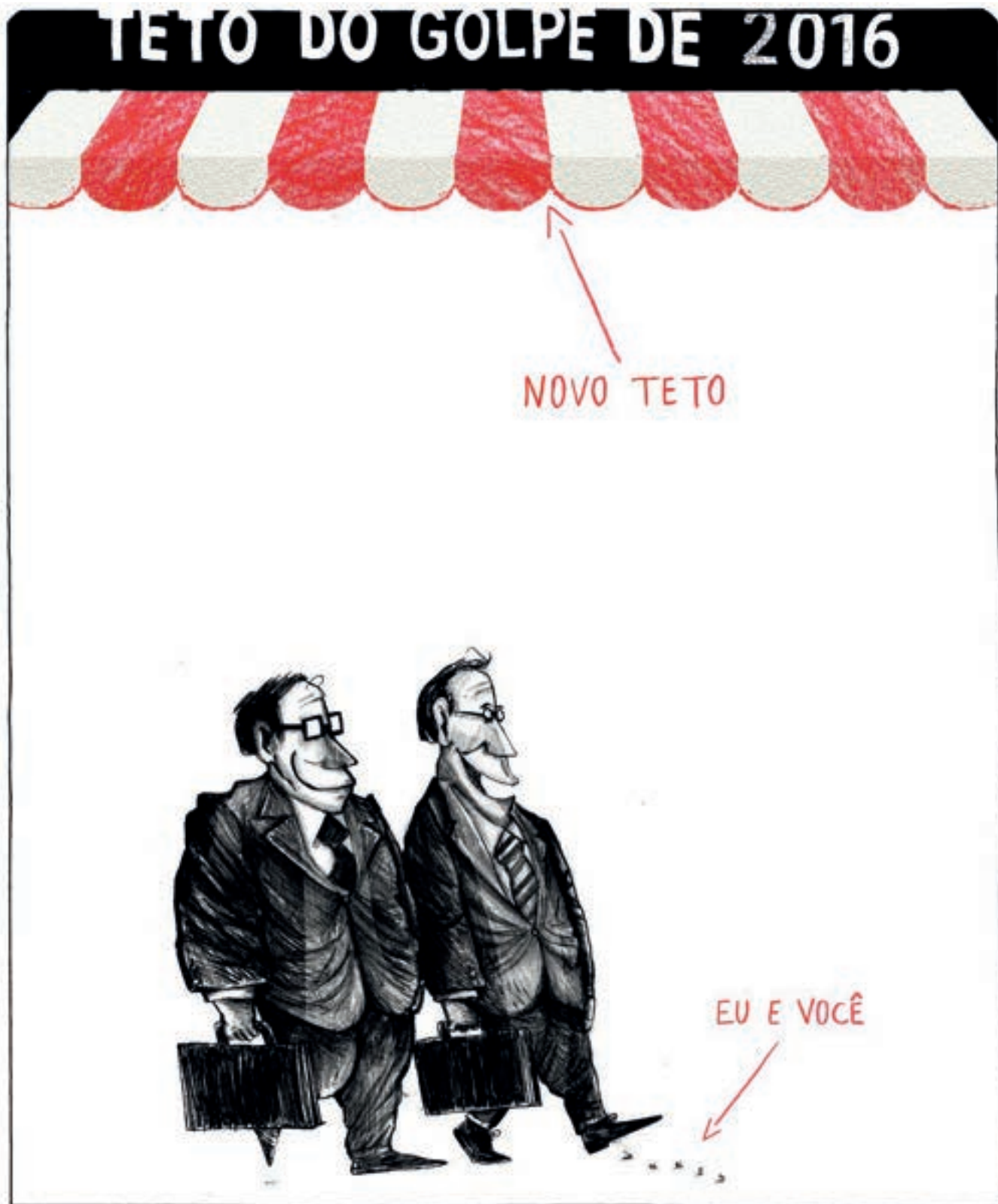
A redução nas concentrações de estrogênio que chegam ao cérebro por ocasião da falência dos ovários tem grande impacto no metabolismo e no sistema imunológico do tecido cerebral de seres humanos e roedores. Para exercer suas inúmeras funções, os neurônios precisam de energia. A presença de estrogênio é fundamental para a captura e o metabolismo da glicose, a principal fonte de energia para eles.

Quando os níveis de estrogênio caem, os neurônios precisam encontrar outras fontes energéticas. Nessa situação, recorrem ao metabolismo dos lipídeos.

Na perimenopausa, as irregularidades menstruais refletem o sobe e desce na produção de estrogênio. Essas variações imprevisíveis não dão tempo para que o metabolismo dos circuitos cerebrais de neurônios se adapte às novas circunstâncias. A alteração resultante pode provocar um processo inflamatório no cérebro que contribui para as queixas de “neblina” e para o aumento do risco de doenças neurodegenerativas como Alzheimer e Parkinson.

Por outro lado, o aparecimento do fezolinetant, primeiro medicamento não hormonal aprovado pela FDA para tratamento dos fogachos, representa uma mudança de paradigma. A menopausa deixa de ser interpretada apenas como uma condição restrita aos ovários, para ser considerada um fenômeno biológico complexo, que interfere com as funções de múltiplos órgãos e com a neurobiologia do cérebro. •

[redacao@cartacapital.com.br](mailto:redacao@cartacapital.com.br)



# CartaCapital

CHEGAMOS AOS

# 500.000

INSCRITOS!

Foram

**945 vídeos**

publicados, com

**1.400.000 horas**

de exibição e

**20 milhões**

de visualizações

\* Números dos últimos 12 meses



Comemore conosco!  
Inscreva-se em:

**[www.YouTube.com/CartaCapital](http://www.YouTube.com/CartaCapital)**



# Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças

ATÉ  
31/5

## Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe



**No Brasil, apenas 3,15% do potencial de doação de IR da população foi destinado para instituições filantrópicas em 2020. Isso representa mais de R\$ 8 bilhões que poderiam impactar o cenário da saúde no país.**

E você, ao destinar seu Imposto de Renda para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, pode contribuir para mudar essa realidade, de forma fácil e sem custos. Ajude a transformar a vida de milhares de crianças e adolescentes.

Acesse **[doepequenoprincipe.org.br](https://doepequenoprincipe.org.br)** e veja como doar, direto na declaração, até **31 de maio de 2023**.

**Contamos com você!**

**(41) 2108-3886**  **(41) 99962-4461**

**[doepequenoprincipe.org.br](https://doepequenoprincipe.org.br)**



HOSPITAL  
pequeno  
PRÍNCIPE